



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Diretoria de Tecnologia da Informação

PDTIC 2021

Plano Diretor de Tecnologia da
Informação e Comunicação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina
Diretoria-Geral Administrativa
Diretoria de Tecnologia da Informação

PDTIC 2021

Plano Diretor de Tecnologia da
Informação e Comunicação

Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina
Setembro - 2021

Sumário

Desembargadores.....	4
Diretoria de Tecnologia da Informação.....	7
Histórico de Versões.....	8
Apresentação.....	9
Termos e Abreviações.....	10
Organização da Diretoria de Tecnologia da Informação.....	11
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação.....	12
Comitê Gestor do eproc.....	14
Orçamento 2021.....	15
Processo de Elaboração e Revisão do PDTIC.....	16
Direcionadores – Fontes de Referência.....	19
Princípios.....	22
Diretrizes.....	23
Objetivos Estratégicos.....	25
Resultados do PDTIC Anterior.....	27
Entregas não planejadas.....	27
Projetos e Ações da DTI.....	31
Projetos e Ações de Conformidade (<i>Compliance</i>).....	31
Projetos e Ações de Negócio.....	40
Projetos e Ações Estruturantes de TI.....	51
Contratações de TI.....	57

Desembargadores

Pedro Manoel Abreu
Cláudio Barreto Dutra
Luiz César Medeiros
Sérgio Roberto Baasch Luz
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha
Fernando Carioni
José Antônio Torres Marques
Marcus Tulio Sartorato
Salete Silva Sommariva
Ricardo Orofino da Luz Fontes
Salim Schead dos Santos, **3º Vice-Presidente**
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Cid José Goulart Júnior
Jaime Ramos
Alexandre d'Ivanenko
Sérgio Izidoro Heil
José Carlos Carstens Köhler
João Henrique Blasi, **1º Vice-Presidente**
Jorge Luiz de Borba
Rejane Andersen
Jânio de Souza Machado
Soraya Nunes Lins, **Corregedora-Geral da Justiça**
Sônia Maria Schmitz
Raulino Jacó Brüning
Roberto Lucas Pacheco
Jairo Fernandes Gonçalves
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Tulio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski
Ricardo José Roesler, **Presidente**
Robson Luz Varella
Sérgio Antônio Rizelo
Denise Volpato

Getúlio Corrêa
Sebastião César Evangelista
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva
Rogério Mariano do Nascimento
Stanley da Silva Braga
Altamiro de Oliveira
Saul Steil
Newton Varella Júnior
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli
Odson Cardoso Filho
Gilberto Gomes de Oliveira
José Everaldo Silva
Volnei Celso Tomazini, **2º Vice-Presidente**
Paulo Henrique Moritz M. da Silva
Leopoldo Augusto Bruggemann
Júlio César Knoll
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Janice Goulart Garcia Ubialli
Cláudia Lambert de Faria
Rubens Schulz
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
André Carvalho
Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer
Guilherme Nunes Born
Luiz Zanelato
André Luiz Dacol
Jaime Machado Júnior
Hélio do Valle Pereira
Gerson Cherem II
Dinart Francisco Machado, **Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial**
Rosane Portella Wolff
Denise de Souza Luiz Francoski
Artur Jenichen Filho

Vilson Fontana
Luiz Cesar Schweitzer
Luiz Neri Oliveira de Souza
Norival Acácio Engel
Helio David Vieira Figueira dos Santos
Júlio César Machado Ferreira de Melo
José Agenor de Aragão
Sidney Eloy Dalabrida
Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Álvaro Luiz Pereira de Andrade
Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Haidée Denise Grin
Selso de Oliveira
Antônio Zoldan da Veiga
Carlos Roberto da Silva
Osmar Nunes Júnior
Luiz Felipe Siegert Schuch
José Maurício Lisboa
Bettina Maria Maresch de Moura
Ana Lia Moura Lisboa Carneiro
Flavio Andre Paz de Brum
Sandro José Neis
Diogo Nicolau Pítsica

Diretoria de Tecnologia da Informação

Diretora

Anna Claudia Krüger

Assessoria Técnica

Carlos Henrique Righetto Moreira

Daniel Moro de Andrade

Eulésia de Souza

Juliana Pasinato

Secretaria de Segurança da Informação e Gestão de Riscos

Luzmarina Rocesski

Secretaria de Assuntos Específicos

Letícia Cardoso de Castro

Divisão de Apoio à Gestão e Governança de TI

Patrick Padilha

Divisão de Sistemas Administrativos

Dayane Cristina da Silva

Divisão de Sistemas Judiciais

Fernanda Oviedo Bizarro

Divisão de Suporte e Gestão de Ativos de TI

Rafael Severo Roman

Divisão de Infraestrutura de TI

Renato Chierighini

Divisão de Redes de Comunicação

André Luiz Dal Grande

Histórico de Versões

Data	Versão	Entregas
09/2021	v1.0	Elaboração do PDTIC para 2021
23/09/2021	V2.0	Edição aprovada pelo CGOVTI

Apresentação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC, sendo uma importante ferramenta para o alcance e o cumprimento de metas do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

A ENTIC-JUD tem como meta promover a melhoria da governança, da gestão e da colaboração tecnológica no âmbito do Poder Judiciário, visando direcionar e propiciar a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade dos órgãos, com o objetivo de maximizar os resultados, com a otimização de recursos.

O PDTIC do TJSC abrangerá todas as unidades do Tribunal e terá o período de vigência de um ano e meio, compreendendo de janeiro de 2021 a janeiro de 2022, tendo sua revisão de forma semestral ou quando se fizer necessário.

Termos e Abreviações

Termo ou Abreviação	Definição
ANS	Acordo de Nível de Serviço
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CGEPROC	Comitê Gestor do eproc
CGESTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGOVTI	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação
DAGG	Divisão de Apoio à Gestão e Governança de TI
DITI	Divisão de Infraestrutura de TI
DRC	Divisão de Redes de Comunicação
DSA	Divisão de Sistemas Administrativos
DSGA	Divisão de Suporte e Gestão de Ativos de TI
DSJ	Divisão de Sistemas Judiciais
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
ENTIC-JUD	Estratégia Nacional do Poder Judiciário
eproc	Processo Judicial Eletrônico
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MNI	Modelo Nacional de Interoperabilidade
PPA	Plano Plurianual
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
SSIGR	Secretaria de Segurança da Informação e Gestão de Riscos de TI
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

Organização da Diretoria de Tecnologia da Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (PJSC) tem como atribuições propor políticas, objetivos, estratégias, investimentos e prioridades de tecnologia da informação (TI) e implementar ações que visem melhorar a gestão dos serviços e otimizar os recursos de TI no âmbito do Poder Judiciário catarinense, em consonância com as deliberações do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGOVTI). Além disso, deve coordenar ações que contribuam para aperfeiçoar a governança de TI; elaborar, propor ajustes e acompanhar a execução de planos táticos e operacionais; zelar pela efetiva aplicação do orçamento; garantir a segurança das informações; prover e sustentar sistemas e infraestrutura de TI; realizar pesquisa, desenvolvimento e prospecção de novas tecnologias; promover a inovação tecnológica; e fomentar a utilização adequada dos recursos tecnológicos pelas unidades do PJSC.

A DTI está atualmente dividida em Assessoria Técnica, Secretaria de Segurança da Informação e Gestão de Riscos, Secretaria de Assuntos Específicos e suas divisões. Cada divisão, por sua vez, subdivide-se em seções, como pode ser observado na Figura 1.

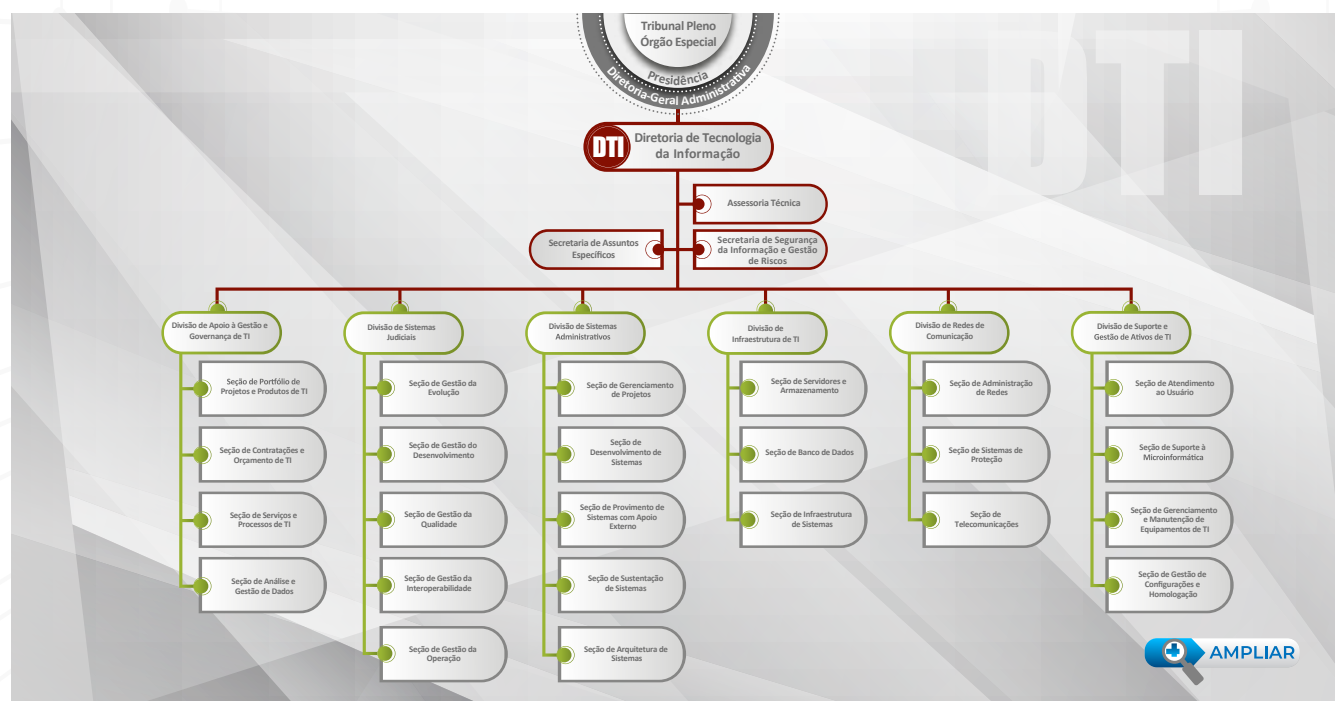


Figura 1: Organograma da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

As atribuições de cada divisão, bem como as das seções e da Assessoria Técnica podem ser acessadas no Portal da Tecnologia da Informação do PJSC, ou em <https://www.tjsc.jus.br/web/tecnologia-da-informacao/diretoria-de-tecnologia-da-informacao>.

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

O Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGovTI), formado por magistrados e servidores, objetiva desenvolver a governança de tecnologia da informação por meio da coordenação e aplicação de diretrizes estratégicas para a liderança, a estrutura organizacional e processos de TI que garantam os objetivos institucionais deste Poder Judiciário.

Composição

Coordenador

Desembargador Ricardo Roesler

Membros

Juiz de direito Alexandre Morais da Rosa

Juiz auxiliar da Presidência Romano José Enzweiler

Maurício Walendowsky Sprícigo, Diretor-Geral Judiciário

Rodrigo Granzotto Peron, Diretor-Geral Administrativo

Anna Claudia Krüger, Diretora de Tecnologia da Informação

As competências do CGovTI estão previstas no art. 3º da Resolução GP n. 31 de 26 de junho de 2018:

- definir políticas, estratégias e metas de governança de tecnologia da informação em consonância com o planejamento estratégico do PJSC e acompanhar sua implementação e execução;
- definir princípios, diretrizes e prioridades para gestão, uso e projetos de tecnologia da informação;
- promover, orientar e supervisionar o orçamento destinado a implementar projetos e ações que visem aprimorar a governança de tecnologia da informação;
- avaliar e aprovar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI;
- estabelecer as prioridades de investimentos e aprovar o Plano Anual de Contratações de Tecnologia da Informação e suas alterações;
- deliberar sobre a estruturação e o aperfeiçoamento de processos de governança de tecnologia da informação;

- monitorar os indicadores de desempenho e os resultados decorrentes da implementação das estratégias e metas de governança de tecnologia da informação;
- priorizar projetos e ações de tecnologia da informação no âmbito do PJSC;
- acompanhar e controlar a implementação das ações vinculadas ao processo de transformação digital do PJSC; e
- promover o intercâmbio de informações e de soluções de tecnologia da informação com outros órgãos.

Comitê Gestor do eproc

O Comitê Gestor do eproc (CGeproc), formado por magistrados e servidores, objetiva gerenciar, priorizar e aprovar as demandas de melhoria e correções do sistema eproc por meio da coordenação e aplicação de diretrizes para o desenvolvimento, evolução e sustentação do sistema.

Composição

Presidente

Dr. Romano José Enzweiler

Juiz Coordenador da Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau

Membros

Dr. Sílvio José Franco

Juiz Corregedor designado pelo Corregedor-Geral da Justiça

Mauricio Walendowsky Sprícigo

Diretor-Geral Judiciário

Marcos Fernandes Pereira Raccioppi

Diretor de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau

Anna Claudia Krüger

Diretora de Tecnologia da Informação

As competências do CGeproc estão previstas no art. 12º da Resolução GP n. 27 de 10 de junho de 2019:

- administrar o backlog dos itens de adequação e evolução do sistema eproc;
- entabular estudos para a evolução do sistema;
- criar grupos de trabalho para atuar na resolução de demandas específicas atinentes ao sistema eproc;
- encaminhar aos entes competentes eventuais soluções que não envolvam alterações no sistema eproc;
- definir as diretrizes de atuação dos moderadores do fórum de discussão do eproc;
- reunir-se periodicamente para deliberação acerca da inclusão dos itens candidatos a desenvolvimento no backlog e da priorização dos itens aprovados para desenvolvimento; e
- redefinir as diretrizes de desenvolvimento e sustentação do sistema eproc sempre que julgar necessário.

Orçamento 2021

O Planejamento Orçamentário de Tecnologia da Informação e Comunicação está alinhado com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário de Santa Catarina (PEI), respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO e o PPA.

Elaborado anualmente em conjunto com a LOA, ele é aprovado pelo CGesTI antes de ser referendado pelo Núcleo Financeiro do PJSC, para ser então publicado e ter sua execução acompanhada diretamente no portal de TI.

O orçamento de TIC para o exercício de 2021 no PJSC é de **R\$ 114.599.360,00**. Na Figura 2, a distribuição por tema orçamentário.

Distribuição dos recursos por tema orçamentário

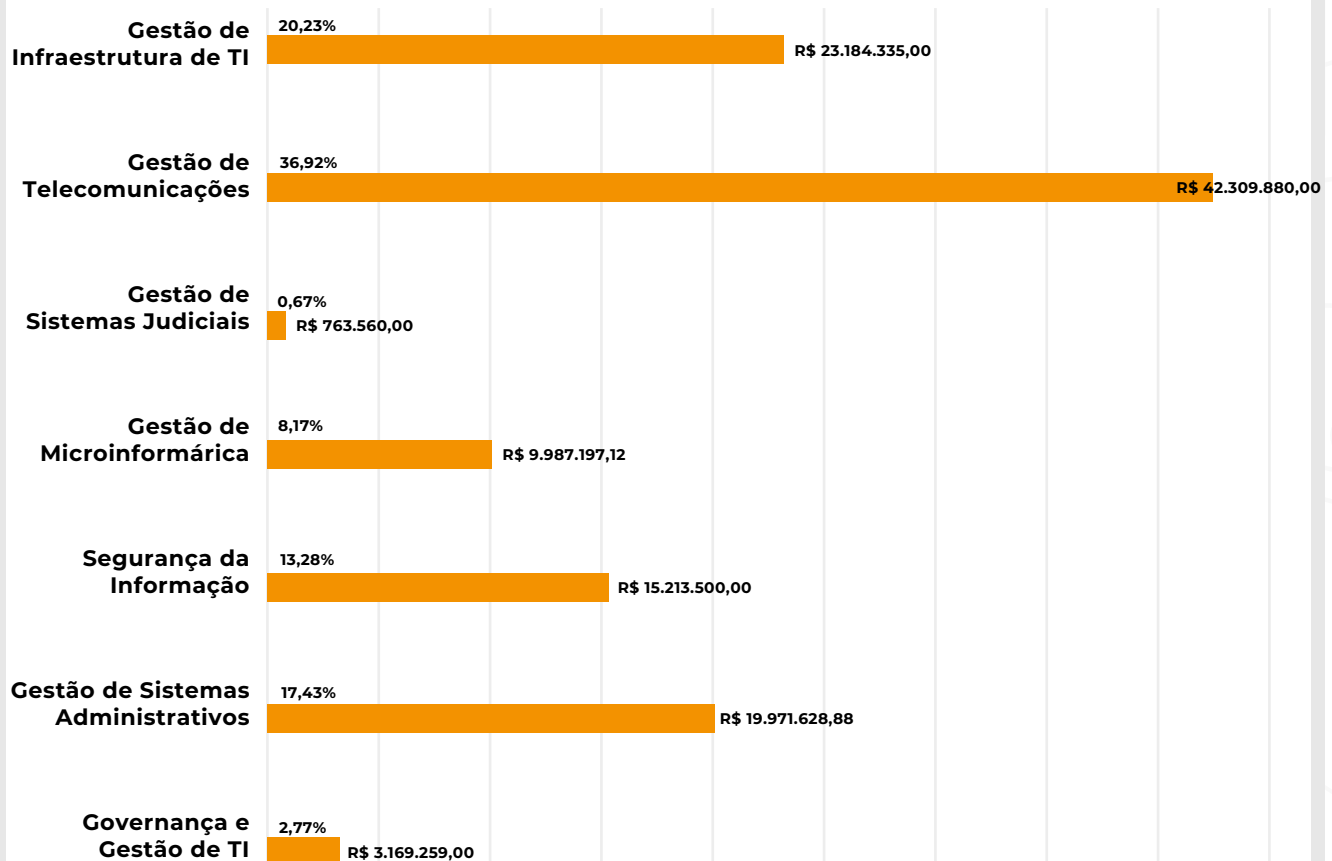


Figura 2: Orçamento de TIC do PJSC distribuído por temas.

Processo de Elaboração e Revisão do PDTIC

Visualmente, o processo de elaboração e revisão do PDTIC, dividido em duas fases, pode ser representado da seguinte forma: Elaboração e Acompanhamento. A Figura 3 indica as duas fases do processo de trabalho.

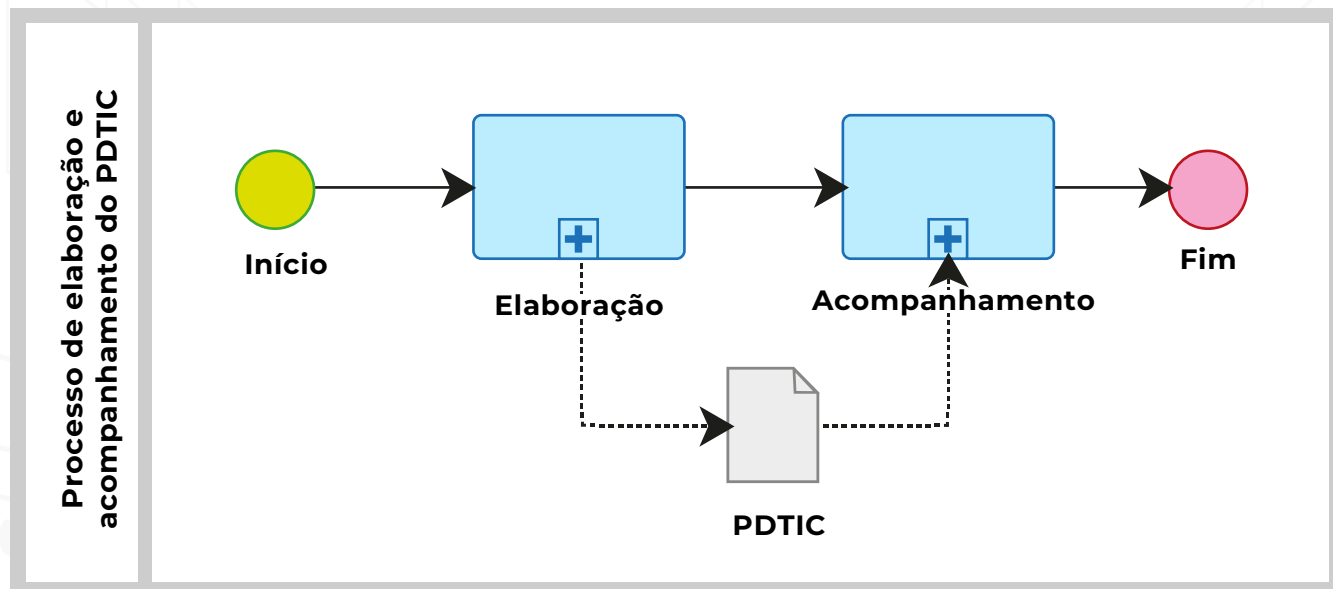


Figura 3: Processos Elaboração e Acompanhamento do PDTIC.

O processo Elaboração divide-se em três subprocessos: Preparação, Diagnóstico e Planejamento. Ambos os processos são apresentados e modelados nas Figuras 4 a 6.

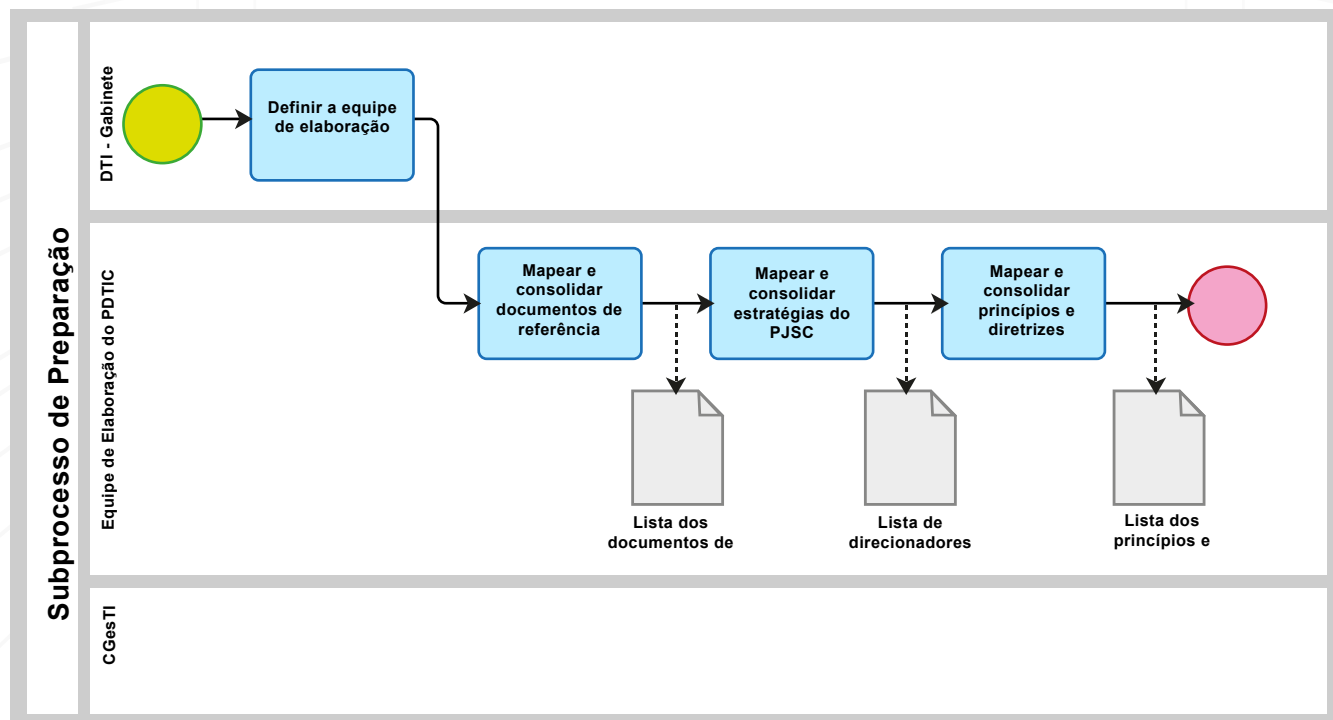


Figura 4: Subprocesso Preparação.

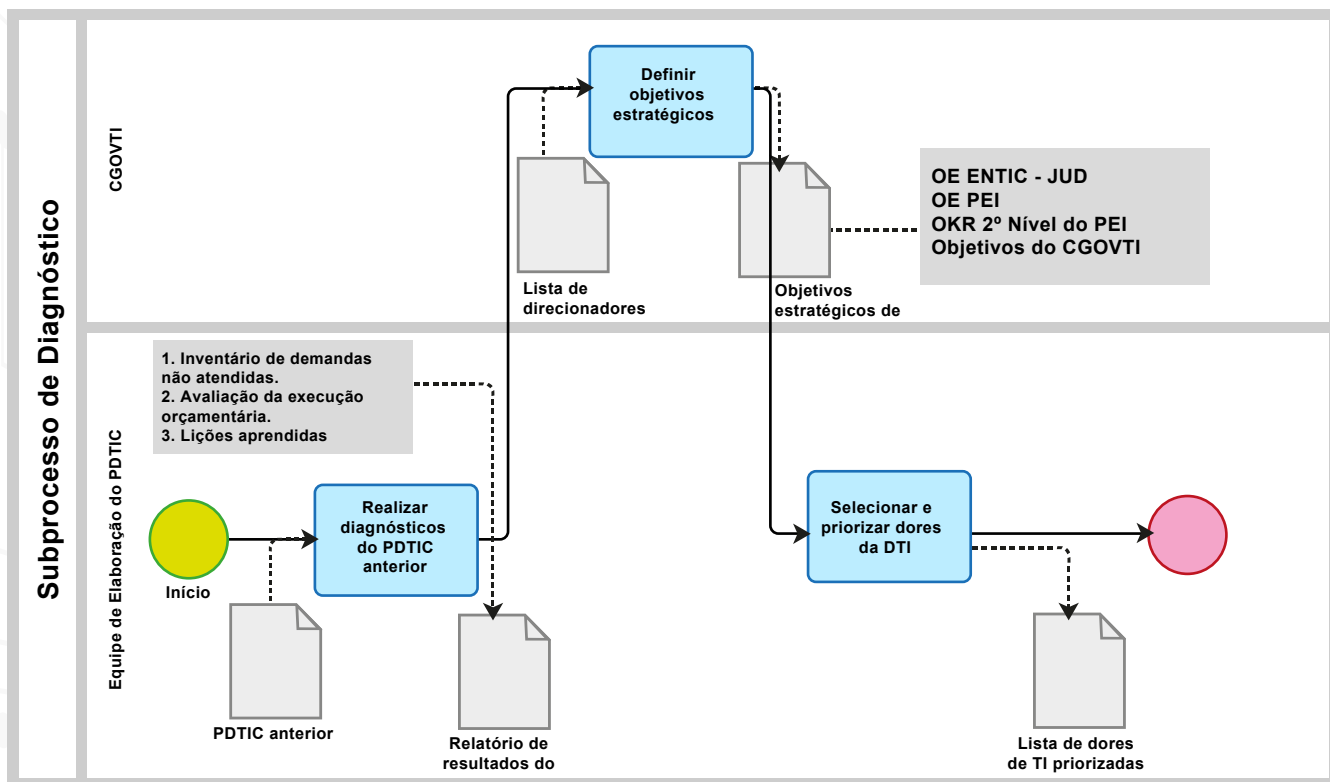


Figura 5: Subprocesso Diagnóstico.

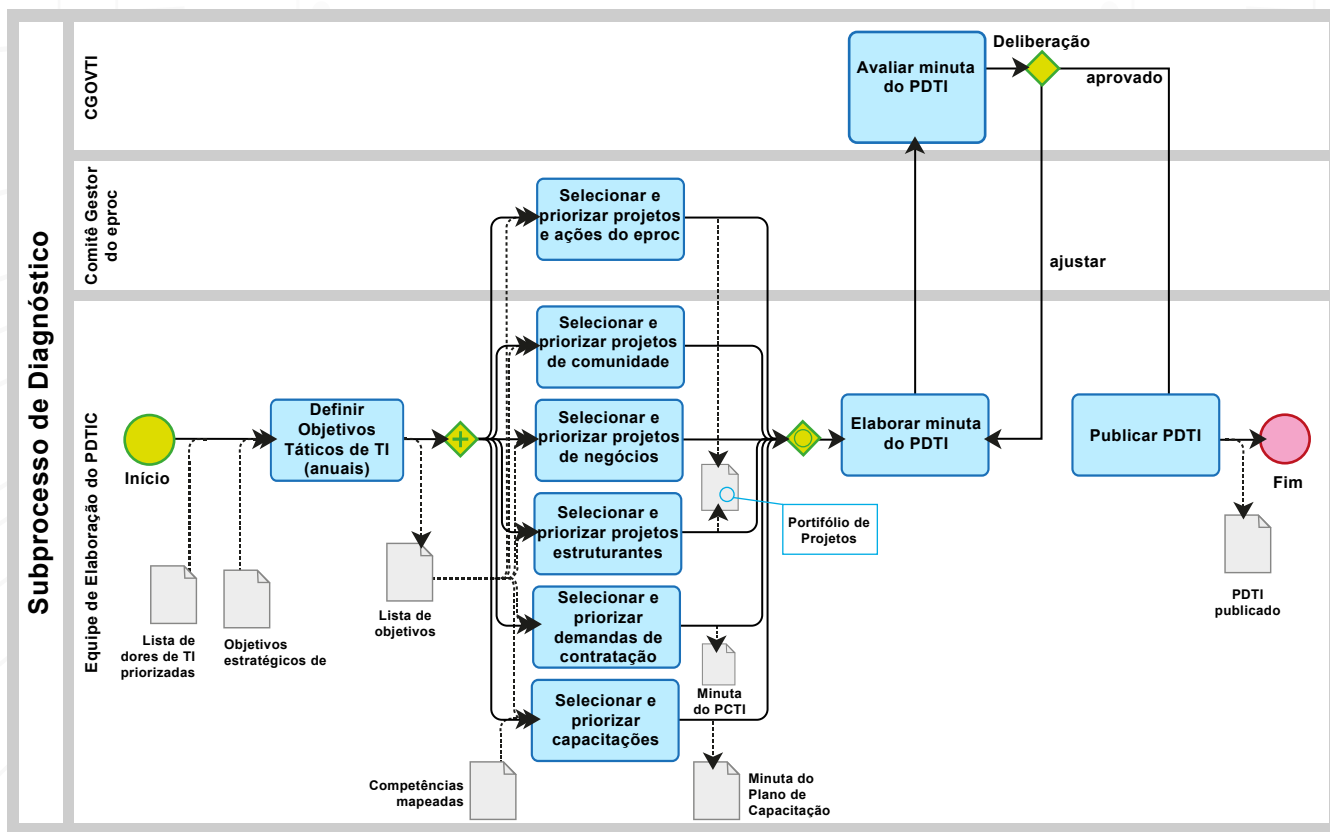


Figura 6: Subprocesso Planejamento.

O fluxo do processo Acompanhamento é demonstrado na Figura 7.

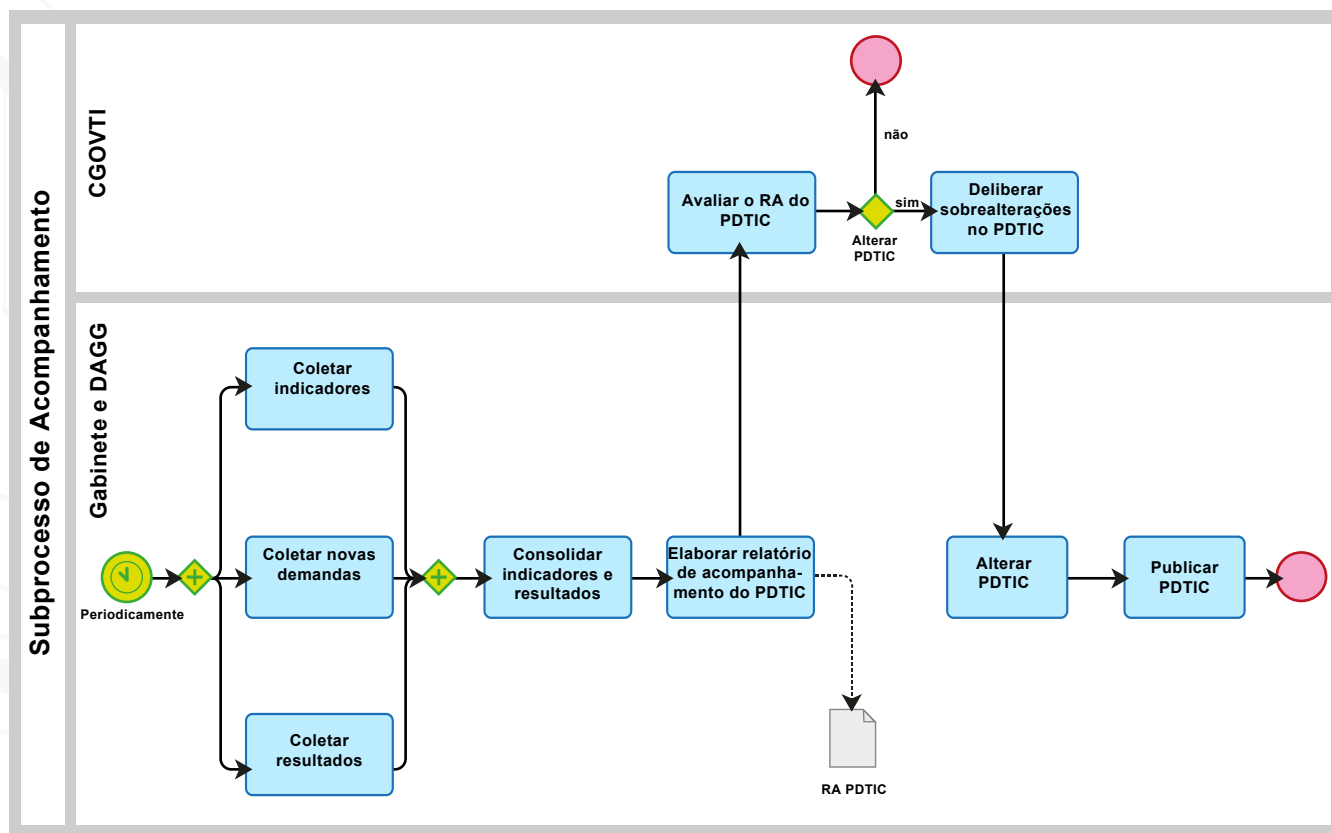


Figura 7: Subprocesso Acompanhamento.

Direcionadores – Fontes de Referência

Os direcionadores utilizados para a construção deste PDTIC foram extraídos de documentos elaborados pelos órgãos de cúpula e fiscalização do Judiciário, normativos do PJSC, planejamento estratégico institucional, entre outras fontes, como apresentado no quadro “Documentos de Referência”, a seguir.

Documentos de Referência

ID	Documento	Descrição	Origem
DR.001	Resolução TJ n. 10/2021	Dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.	TJSC
DR.002	Resolução CNJ n. 325/2020	Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.	CNJ
DR.003	Resolução CNJ n. 370/2021	Instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o ciclo 2021-2026.	CNJ
DR.004	Resolução CNJ n. 396/2021	Instituiu Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)	CNJ
DR.005	Resolução CNJ n. 331/2021	Institui a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ para os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal.	CNJ
DR.006	Resolução CNJ n. 332/2021	Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências.	CNJ
DR.007	Resolução CNJ n. 345/2021	Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências.	CNJ
DR.008	Resolução CNJ n. 335/2021	Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. Mantém o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça.	CNJ
DR.009	Resolução CNJ n. 385/2021	Dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências.	CNJ

ID	Documento	Descrição	Origem
DR.010	Resolução GP n. 27/2019	Normatiza a Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau, estabelece as diretrizes de desenvolvimento e de sustentação do sistema eproc no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, cria a Divisão de Apoio Judiciário e a Secretaria de Suporte à Jurisdição de Segundo Grau, e dá outras providências.	TJSC
DR.011	Resolução GP n. 11/2021	Institui a Política de Controle de Acesso aos Recursos e Serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.	TJSC
DR.012	Resolução GP n. 28/2019	Institui o Comitê Gestor de Proteção de Dados no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.	TJSC
DR.013	Resolução TJ n. 15/2018	Institui a Política de Segurança da Informação do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.	TJSC
DR.014	Instrução Normativa DTI n. 02/2020	Institui processos de trabalho na Diretoria de Tecnologia da Informação.	TJSC
DR.015	Resolução GP n. 18/2020	Disciplina o recebimento de demandas de solução de tecnologia da informação, define os critérios para a priorização dessas demandas e dá outras providências.	TJSC
DR.016	Resolução GP n. 32/2019	Reestrutura a Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.	TJSC
DR.017	Resolução GP n. 31/2018	Institui o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.	TJSC
DR.018	Resolução CNJ n. 347/2020	Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.	CNJ
DR.019	Resolução GP n. 13/2019	Altera a Resolução GP n. 35 de 10 de agosto de 2017, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de solução de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.	TJSC

ID	Documento	Descrição	Origem
DR.020	Resolução n. 182/2013	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).	CNJ
DR.021	Resolução GP n. 8/2021	Dispõe sobre o suporte de tecnologia da informação e comunicação do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.	TJSC
DR.022	Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC)	Plano Diretor de TI - 2020	TJSC
DR.023	Plano de Contratações de Tecnologia da Informação (PCTI)	PCTI - 2021	TJSC
DR.024	Plano de Licitações Institucional (PLI)	PLI - 2021	TJSC
DR.025	Princípios da DTI	Lista de princípios definidos pela DTI como balizadores das iniciativas executadas na diretoria.	TJSC
DR.026	Mapeamento de Competências da DTI	Competências Organizacionais da Diretoria de Tecnologia da Informação.	TJSC
DR.027	OKR DTI	OKR (<i>Objectives and Key Results</i>) táticos da DTI.	TJSC
DR.028	Ata de Reunião n. 002-2020 do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação – CGOVTI	Definição de diretriz de acesso à base de dados do eproc.	TJSC
DR.029	Ata de Reunião n. 003-2020 do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação – CGOVTI	Diretrizes de prioridade dadas pelo Presidente: 1) migração do SAJ para o eproc. 2) Implantação do ERP	TJSC
DR.030	Ata de Reunião n. 001-2021 do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação – CGOVTI	Apresentar e referendar as diretrizes definidas pelo Comitê Gestor do eproc.	TJSC
DR.031	Cartilha Justiça 4.0	O “Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos” é a concretização do 4º Eixo da atual gestão do CNJ e objetiva a promoção do acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.	CNJ

É importante destacar que os direcionadores extraídos das fontes de referên-

cia, em razão de seu caráter abstrato e generalizante, podem ser agrupados em princípios e diretrizes, uma vez que estabelecem comandos normativos a serem observados na execução de qualquer ação ou serviço afeto à área de TIC. Os mais importantes estão listados a seguir.

Princípios

ID	Princípio	Doc. Referência
PR.001	80/20 - Não definir regras de sistema com base em situações excepcionais	DR.025
PR.002	Sempre primar pela simplicidade	DR.025
PR.003	Priorizar o conteúdo em detrimento da forma	DR.025
PR.004	A TI não fará o papel do negócio e vice-versa	DR.025
PR.005	Cordialidade no atendimento	DR.025
PR.006	Comunicação, comunicação, comunicação	DR.025
PR.007	Não criar urgências - planejamento e parcimônia	DR.025
PR.008	Time DTI	DR.025
PR.009	Compartilhar conhecimento	DR.025
PR.010	Automatizar tudo o que for possível	DR.025
PR.011	Pequenas entregas - dividir para conquistar	DR.025
PR.012	Segurança jurídica	DR.004
PR.013	Respeito e promoção dos direitos humanos e das garantias fundamentais, em especial a liberdade de expressão, a proteção de dados pessoais, a proteção de privacidade e o acesso à informação	DR.004
PR.014	Visão abrangente e sistêmica da segurança cibernética	DR.004
PR.015	Integração, cooperação e intercâmbio científico e tecnológico relacionado à segurança cibernética entre os órgãos da Administração Pública Federal e do meio acadêmico	DR.004
PR.016	Educação e inovação como alicerce fundamental para o fomento da cultura em segurança cibernética	DR.004
PR.017	Orientação à gestão de riscos e à gestão da segurança da informação	DR.004
PR.018	Prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos	DR.004
PR.019	Articulação entre as ações de segurança cibernética e de proteção de dados e ativos de informação	DR.004
PR.020	Garantia ao sigilo das informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado e inviolabilidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas	DR.004

ID	Princípio	Doc. Referência
PR.021	Confidencialidade: garante que a informação seja acessada somente pelas pessoas ou processos que tenham autorização para tal	DR.013
PR.022	Disponibilidade: garante que as informações estejam acessíveis às pessoas e aos processos autorizados, no momento requerido	DR.013
PR.023	Integridade: garante a não violação das informações para protegê-las contra alteração, gravação ou exclusão acidental ou proposital	DR.013
PR.024	Responsabilidade: atribui obrigações e deveres a pessoa que ocupa determinada função em relação ao acervo de informações	DR.013
PR.025	Legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da economicidade, do desenvolvimento sustentável, da isonomia, da integridade, da confiabilidade, da probidade administrativa, da motivação, da segurança jurídica, da prestação de contas e responsabilidade, da transparência, do interesse público e pelos demais princípios constitucionais e legais e atos normativos correlatos	DR.018

Diretrizes

ID	Diretriz	Dependência
DI.001	As contratações deverão ser precedidas de planejamento elaborado em harmonia com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) ou Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do órgão, alinhados com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário	DR.020
DI.002	A automatização de toda atividade que não tenha conteúdo decisório, mediante a simplificação de procedimentos e a eliminação de rotinas ou atividades que não agreguem valor ao processo de trabalho	DR.010
DI.003	A definição das regras do sistema baseada na realidade processual da maioria das ações em tramitação, sem levar em consideração situações excepcionais ou o atendimento de preferências pessoais que não resultem em maior eficiência dos processos de trabalho, aumento da produtividade ou melhoria dos resultados	DR.010
DI.004	A implementação, sempre que possível, de soluções que atendam às necessidades comuns às Justiças estadual e federal, de forma a possibilitar a manutenção e o desenvolvimento colaborativo do sistema	DR.010

ID	Diretriz	Dependência
DI.005	O respeito ao princípio de que a função do sistema é instrumental e não deve interferir na autonomia da autoridade com competência jurisdicional	DR.010
DI.006	Promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em observância à legislação e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030	DR.018
DI.007	Transparência dos procedimentos e dos resultados	DR.018
DI.008	Fomento à integridade e conformidade legal dos atos praticados	DR.018
DI.009	Aprimoramento da interação com o mercado fornecedor para a busca de melhores soluções para as necessidades institucionais, sociais e do meio ambiente, assegurando tratamento isonômico, bem como a justa competição	DR.018
DI.010	Fomento à cultura de planejamento das contratações, com o respectivo alinhamento ao planejamento estratégico do órgão e às leis orçamentárias	DR.018
DI.011	Estímulo à inovação e à gestão do conhecimento	DR.018
DI.012	Promoção da meritocracia e da profissionalização, por meio da gestão por competência, para as unidades organizacionais responsáveis pela governança e pela gestão das contratações	DR.018
DI.013	Instituição de medidas que garantam a maior eficiência dos processos, visando assegurar a celeridade da tramitação, a gestão de riscos e o menor custo processual	DR.018
DI.014	Promoção das contratações compartilhadas e sustentáveis	DR.018
DI.015	Fomento à acessibilidade e à inclusão	DR.018
DI.016	O acesso à base de dados (produção, homologação e desenvolvimento) do eproc será apenas realizado pela equipe DTI. Para outros casos, será permitido o acesso direto ao banco de dados exclusivamente por meio da base <i>slave</i> (cópia)	DR.028
DI.017	Prioridade para demandas que envolvam a migração dos dados de processos do sistema SAJ para o eproc	DR.029
DI.018	Prioridade para demandas que envolvam a implantação do sistema ERP	DR.029
DI.019	Estadualização: projetos que estejam maduros e aprovados nas esferas judiciais	DR.030
DI.020	Mecanismos de inteligência artificial	DR.030
DI.021	Otimização de automação de procedimentos de caráter não decisório	DR.030

Com base nos direcionadores indicados nos quadros acima, provenientes dos Documentos de Referência, foram extraídos também objetivos estratégicos. São os desafios que a instituição deverá suplantare para conseguir implementar sua estratégia de TI.

Objetivos Estratégicos

ID	Objetivo Estratégico	Dependência
OE.001	Contribuir para a segurança do indivíduo, da sociedade e do Estado, por meio de ações de segurança cibernética, observados os direitos e as garantias fundamentais	DR.004
OE.002	Fomentar as atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação relacionadas à segurança cibernética	DR.004
OE.003	Aprimorar continuamente o arcabouço normativo relacionado à segurança cibernética	DR.004
OE.004	Fomentar a formação e a qualificação dos recursos humanos necessários à área de segurança cibernética	DR.004
OE.005	Fortalecer a cultura de segurança cibernética no âmbito do Poder Judiciário	DR.004
OE.006	Aprimorar o nível de maturidade em segurança cibernética no Poder Judiciário	DR.004
OE.007	Orientar ações relacionadas: a) à gestão em segurança da informação b) à segurança da informação das infraestruturas críticas c) ao tratamento das informações com restrições de acesso; d) à proteção dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis, em conformidade com legislação específica e) à prevenção, ao tratamento e à resposta a incidentes cibernéticos f) à gestão e operação de equipe de tratamento e resposta a incidentes cibernéticos g) ao estabelecimento dos níveis de maturidade em segurança cibernética h) ao estabelecimento de processo transparente de comunicação e respostas a incidentes entre o poder público e a sociedade	DR.004
OE.008	Aumentar a satisfação dos usuários do sistema judiciário	DR.003
OE.009	Promover a transformação digital	DR.003
OE.010	Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores	DR.003
OE.011	Buscar a inovação de forma colaborativa	DR.003
OE.012	Aperfeiçoar a governança e a gestão	DR.003
OE.013	Aprimorar as aquisições e contratações	DR.003
OE.014	Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados	DR.003
OE.015	Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas	DR.003
OE.016	Manter relações institucionais positivas	DR.001

ID	Objetivo Estratégico	Dependência
OE.017	Promover a cultura da desjudicialização pela divulgação dos benefícios da prevenção de litígios e pela articulação com os atores do sistema da Justiça	DR.001
OE.018	Aprimorar a prestação jurisdicional pela otimização da organização judiciária e da força de trabalho, sobretudo por meio dos avanços proporcionados pelos serviços digitais	DR.001
OE.019	Impulsionar a solução adequada de conflitos pela divulgação de resultados e pela oferta de ferramentas eficientes	DR.001
OE.020	Promover a saúde, a qualidade de vida, o desenvolvimento humano e a formação profissional para a melhoria contínua	DR.001
OE.021	Promover a transformação digital por meio do uso estratégico da tecnologia da informação e do fortalecimento da segurança da informação	DR.001
OE.022	Aprimorar ações sustentáveis na gestão de recursos naturais, materiais, bens e documentos	DR.001
OE.023	Adequar a infraestrutura à nova dinâmica processual e operacional	DR.001
OE.024	Fomentar a governança e a gestão estratégica	DR.001
OE.025	Ser a melhor diretoria para se trabalhar no PJSC	DR.027
OE.026	Ter os melhores sistemas na percepção do usuário	DR.027
OE.027	Ofertar serviços de qualidade, sempre disponíveis e seguros	DR.027
OE.028	Definir o escopo da segurança da informação no âmbito do PJSC	DR.013
OE.029	Orientar as ações de segurança, para reduzir riscos e garantir a integridade, autenticidade, confidencialidade e disponibilidade dos ativos de tecnologia da informação do PJSC	DR.013
OE.030	Permitir a adoção de soluções de segurança integradas	DR.013
OE.031	Servir de referência para auditoria, apuração e avaliação de responsabilidades	DR.013

Resultados do PDTIC Anterior

Parte do processo de elaboração e atualização, a análise dos resultados do PDTIC anterior (2020) serve para medição de desempenho e análise de projetos e iniciativas que devem ser mantidos no próximo ciclo do novo plano diretor.

Ao todo, foram definidas 78 iniciativas, estando 72% delas (56) concluídas e outras 18% (14) com o *status* “Em Execução”. Apenas 10% das iniciativas não foram atendidas – 1 projeto foi suspenso e 7 não foram iniciados. Os dados podem ser visualizados na Figura 8.

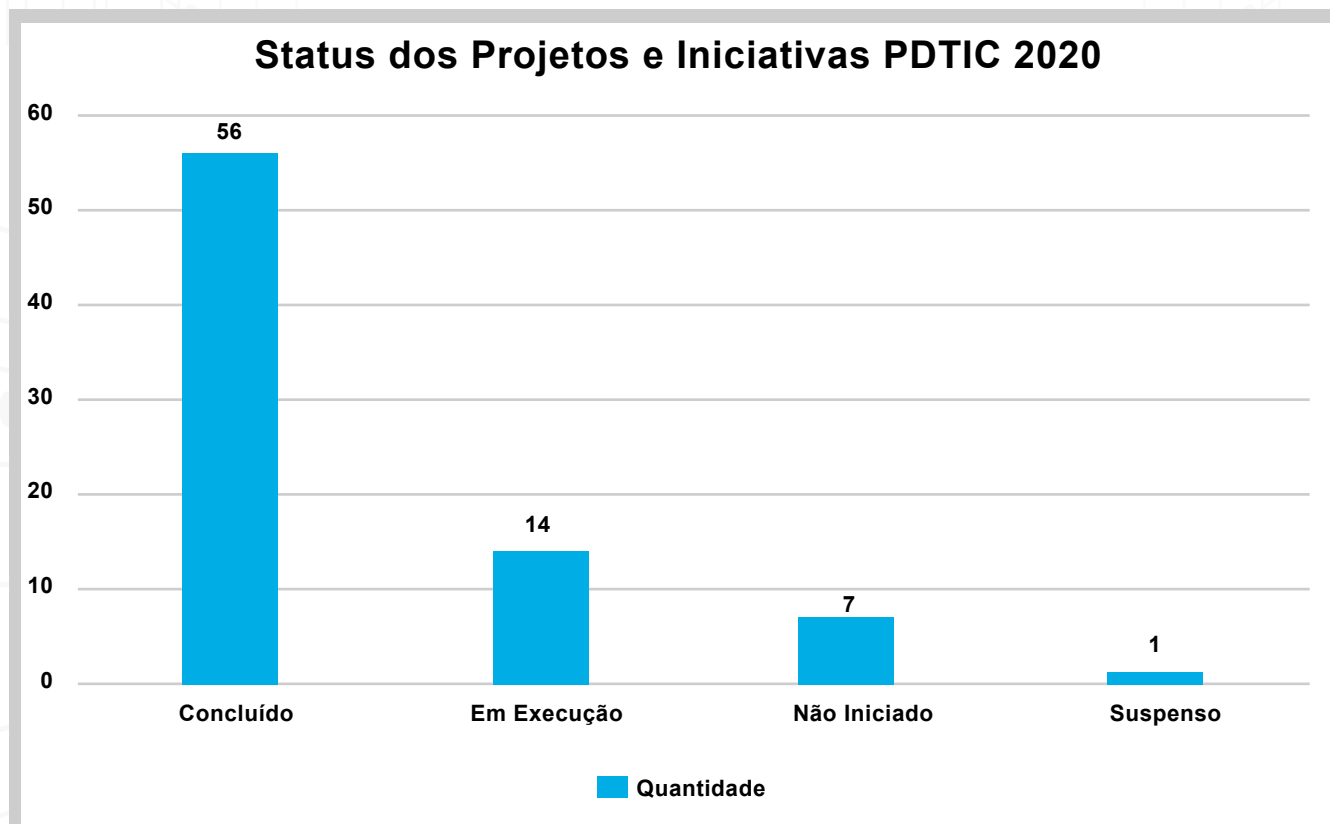


Figura 8: Status dos projetos e iniciativas do PDTIC 2020.

Entregas não planejadas

Complementarmente, houve diversas outros projetos, demandas e iniciativas não planejados quando da elaboração do PDTIC 2020. No quadro abaixo segue a lista das entregas não previstas que foram realizadas no período do PDTIC anterior. Foram ao todo 16 entregas, que, se comparadas ao total planejado, correspondem a cerca de 20% das demandas.

ID	Nome	Descrição
DNP.001	Sistema de Prestação de Contas das Serventias Extrajudiciais	Aumento da receita em decorrência da melhor fiscalização e da mais fácil detecção de irregularidades. Redução no tempo de tramitação das prestações de contas. No comparativo entre primeiro semestre de 2019 e o mesmo período de 2020, registrou-se aumento de 19% na arrecadação da receita excedente
DNP.002	Projeto Certidões Eleitorais 1G	Solicitação e emissão da certidão para fins eleitorais no sítio do Poder Judiciário catarinense, sem necessidade de deslocamento do interessado até a unidade judiciária
DNP.003	Recolhimento antecipado do preparo recursal	Para recolher o preparo era necessário o protocolo do recurso, por solicitação da OAB/SC. A forma de recolhimento foi alterada e permitiu ao advogado recolher os valores antes de protocolar o recurso e mais segurança por ocasião da análise de admissibilidade pelos gabinetes
DNP.004	Cessão de 35 kits de microinformática a instituições parceiras	Foram cedidos 35 kits, compostos de computadores com dois monitores, webcam, mesa de som e microfone para as unidades vinculadas à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SEAP), para a realização de videoaudiências. Além disso, os kits entregues ao DEASE permitirão aos menores que estão sob restrição e privação de liberdade contatar seus familiares enquanto a pandemia ainda não estiver controlada
DNP.005	Formulário de Acompanhamento de Teletrabalho	Permitir o gerenciamento da produtividade e metas dos servidores em teletrabalho pela DG
DNP.006	Consulta de processos pelo filtro parte	A consulta pelo nome da parte no eproc considerava somente os tipos de participação ativa e passiva, o sistema foi alterado para considerar outros tipos de participação
DNP.007	Definição de um canal único para a apresentação de demandas no âmbito de cada setor da DTI	A previsão de entrada de demandas por canal único permitiu o alinhamento da atuação da equipe aos critérios e interesses da administração por meio da adequada alocação de recursos e a priorização das demandas conforme critérios estabelecidos pelo Comitê de Governança de TI e Comitê Gestor do eproc
DNP.008	Nomeação de profissional para depoimento especial – AJG	O AJG foi configurado para permitir nomear profissional que não pertença ao quadro de servidores do PJSC para a tomada de depoimento especial da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência

ID	Nome	Descrição
DNP.009	Home office	A pandemia acelerou uma realidade já esperada, o servidor cumprindo sua jornada de trabalho de sua casa. A DTI não mediu esforços para disponibilizar a aos servidores e magistrados todos os meios necessários para que sua rotina de trabalho fosse cumprida da melhor forma, e essas ações foram planejadas e executadas em um período curto, exigindo adaptações em diversos recursos e ações: Telefonia Videoconferência Tutoriais Live com os TSI para repasse de orientações Nova versão do ponto eletrônico para garantir o uso pelos servidores em cada sem necessidade de uso da VPN Manualização - TI self service para o home office Cessão temporária de equipamentos de TI (iniciativa posteriormente adotada por outros Tribunais)
DNP.010	Importação dos valores de boletos – SAJ X eproc	Os valores recolhidos a título de diligência em processos que tramitavam no eproc SAJ, e após migrados, não eram passíveis de reaproveitamento, obrigando a parte a realizar novo recolhimento no eproc e solicitar a devolução dos valores recolhidos anteriormente. Com essa funcionalidade foi possível reaproveitar os valores recolhidos no SAJ em processos migrados
DNP.011	Alteração no cômputo dos prazos no eproc 1G e 2G	A alteração tem por finalidade evitar prejuízos às partes em eventual divergência sobre cômputo de dias para resposta, uma vez que existem entendimentos jurisprudenciais diversos quanto ao dia de início para a contagem de prazo
DNP.012	Apoio técnico para implantação do SEI na ALESC, TCE e MPSC	Fortalecimento da parceria institucional e transferência de conhecimento
DNP.013	Painéis BI	Com a disseminação da utilização da ferramenta PowerBI, foram desenvolvidos novos painéis para apoiar a tomada de decisão dos gestores. Por exemplo: cargos vagos, vagas de tsi, plano de contratações, portfólio de projetos, parque de computadores e cálculo da força de trabalho

ID	Nome	Descrição
DNP.014	Pedido de devolução de custas	O novo formato para solicitação de devolução de custas faz parte do projeto ERP e foi concebido integrado ao eproc, o que trouxe benefícios na tramitação de tais pleitos tanto para o público interno quanto externo, bem como ganho em eficiência, transparência e celeridade
DNP.015	Repasse para os oficiais de justiça	Os repasses dos valores destinados aos oficiais de justiça eram feitos de forma individual, ou seja, cada diligência exigia uma transferência bancária, o que gerava grande custo ao PJSC. Com a melhoria os repasses são semanais, com transferência única, sendo transparente aos oficiais, pois eles têm acesso aos dados dos processos pagos na semana
DNP.016	Formulário de sustentação oral para sessões por videoconferência	Antes a solicitação de sustentação oral contava apenas com a opção presencial. A disponibilidade do novo formulário possibilitou aos interessados a oportunidade de solicitar e fazer a sustentação oral na sessão realizada por videoconferência

Projetos e Ações da DTI

Os quadros a seguir apresentam os projetos, as ações e as contratações previstos para 2021 pela DTI. A atual gestão do PJSC tem como um de seus objetivos fortalecer a governança de TI.

O PJSC reafirmou seu compromisso de manter em 2021 a priorização dos esforços para continuar aumentando a maturidade da instituição em governança e gestão de TI e o alinhamento à nova ENTIC-JUD.

Projetos e Ações de Conformidade (*Compliance*)

Os projetos e ações de conformidade relacionados abaixo são aqueles que têm como objetivo atender às leis, resoluções, normas, políticas internas e externas ao PJSC.

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.015	DR.003	Mapear e oficializar o processo de continuidade de serviços essenciais	Planejar o projeto de gerenciamento dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Modelar e analisar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica através de workshops. Mapear (desenhar) os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica utilizando a notação BPMN. Implementar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica e configurar ferramentas de TI para otimizá-los. Monitorar e controlar a execução dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Refinar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Definir um ciclo de melhoria contínua dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Instituir o processo como sendo de cumprimento obrigatório.	DTI - SSIGR
OE.012	DR.003	Encaminhar ao CNJ os planos que constituem os produtos de gestão do Judiciário previstos na ENTIC-JUD de forma periódica	Encaminhar, dentro dos prazos requeridos, os planos que constituem os produtos de gestão do Judiciário previstos na ENTIC-JUD de forma periódica, conforme formatos padronizados no repositório nacional definido pelo CNJ.	DTI - Gabinete

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.012	DR.003	Classificar os sistemas estratégicos para o PJSC	Realizar um estudo para levantamento de sistemas estratégicos candidatos. Obter junto à presidência/comitês a definição dos sistemas estratégicos para o PJSC. Editar e publicar ato(s) normativo(s) relacionado(s). Registrar sistemas estratégicos no portfólio de produtos.	DTI - Gabinete
OE.012	DR.003	Mapear e oficializar o processo de gerenciamento do orçamento de TIC	Planejar o projeto de gerenciamento dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Modelar e analisar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica através de workshops. Mapear (desenhar) os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica utilizando a notação BPMN. Implementar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica e configurar ferramentas de TI para otimizá-los. Monitorar e controlar a execução dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Refinar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Definir um ciclo de melhoria contínua dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Instituir o processo como sendo de cumprimento obrigatório.	DTI/DAGG - SCO
OE.012	DR.003	Mapear e oficializar o processo de gerenciamento de projetos de TIC	Planejar o projeto de gerenciamento dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Modelar e analisar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica através de workshops. Mapear (desenhar) os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica utilizando a notação BPMN. Implementar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica e configurar ferramentas de TI para otimizá-los. Monitorar e controlar a execução dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Refinar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Definir um ciclo de melhoria contínua dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Instituir o processo como sendo de cumprimento obrigatório.	DTI/DAGG - SPPP

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.012	DR.003	Mapear e oficializar o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura, de tecnologia da informação e de telecomunicação corporativas	Planejar o projeto de gerenciamento dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Modelar e analisar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica através de workshops. Mapear (desenhar) os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica utilizando a notação BPMN. Implementar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica e configurar ferramentas de TI para otimizá-los. Monitorar e controlar a execução dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Refinar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Definir um ciclo de melhoria contínua dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Instituir o processo como sendo de cumprimento obrigatório.	DTI/DAGG - SSPR
OE.012	DR.003	Mapear e oficializar o processo de planejamento tático operacional (PDTIC)	Modelar e analisar os processos de elaboração e revisão periódica do PDTIC. Mapear (desenhar) os processos de elaboração e revisão periódica do PDTIC utilizando a notação BPMN. Implementar os processos de elaboração e revisão periódica do PDTIC. Monitorar e controlar a execução dos processos de elaboração e revisão periódica do PDTIC. Refinar os processos de elaboração e revisão periódica do PDTIC. Definir um ciclo de melhoria contínua dos processos de elaboração e revisão periódica do PDTIC. Instituir formalmente o processo de elaboração e revisão do PDTIC como de cumprimento obrigatório.	DTI - Gabinete
OE.012	DR.003	Definir um modelo de avaliação da efetividade da governança de TI	Fazer benchmarking de modelos de avaliação da efetividade da governança de TI. Propor modelo de avaliação para o PJSC. Rodar o modelo pelo menos uma vez junto ao CGovTI. Definir periodicidade de realização da avaliação.	DTI - DAGG

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.012	DR.003	Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	Elaborar plano diretor de TIC alinhado à ENTIC-JUD, ao PEI e às demais diretrizes estabelecidas em resoluções, recomendações e políticas inerentes à TIC instituídas pelo CNJ. Publicar o PDTIC no portal de TI do PJSC.	DTI - Gabinete
OE.010, OE.020	DR.001, DR.003	Instituir política de plantão e sobreaviso de TI	Fazer benchmarking junto a outros órgãos públicos sobre política de plantão/sobreaviso. Propor política de plantão/sobreaviso para a área de TI do PJSC. Submeter proposta para o CGovTI. Implantar política de plantão/sobreaviso aprovada pelo CGovTI.	DTI - Gabinete
OE.013	DR.003	Elaborar o plano orçamentário de TIC para 2022 em harmonia com os objetivos estratégicos do PJSC e da DTI	Elaborar, em conjunto com todas as divisões e gabinete, a LOA 2022 alinhada ao PDTIC.	DTI/DAGG - SCO
OE.012	DR.003	Atualizar o catálogo de soluções de TI	Revisar e atualizar o catálogo de soluções de TI, partindo do portfólio de produtos. Para cada solução do catálogo, classificar como Sistema Judicial, Sistemas Administrativos ou Sistema de Apoio Judicial. Tornar o catálogo dinâmico a partir do portfólio de produtos.	DTI/DAGG - SPPP
OE.012	DR.003	Elaborar o catálogo de serviços de TI do PJSC	Desenvolver o catálogo de serviços de TI do PJSC, de forma dinâmica, de acordo com as ofertas do ControlDesk. Disponibilizar o catálogo de serviços de TI do PJSC no portal de TI do PJSC.	DTI/DAGG - SSPR
OE.009	DR.003	Instituir o plano de transformação digital	Sensibilizar a criação de grupo de trabalho multidisciplinar.	DTI - Gabinete

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.003, OE.014	DR.001, DR.003	Mapear e oficializar o processo de gerenciamento de riscos de segurança da informação	Planejar o projeto de gerenciamento dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Modelar e analisar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica através de workshops. Mapear (desenhar) os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica utilizando a notação BPMN. Implementar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica e configurar ferramentas de TI para otimizá-los. Monitorar e controlar a execução dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Refinar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Definir um ciclo de melhoria contínua dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Instituir o processo como de cumprimento obrigatório.	DTI - SSIGR
OE.015, OE.014	DR.003	Mapear e oficializar o processo gerenciamento de segurança dos serviços em nuvem	Planejar o projeto de gerenciamento dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Modelar e analisar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica através de workshops. Mapear (desenhar) os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica utilizando a notação BPMN. Implementar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica e configurar ferramentas de TI para otimizá-los. Monitorar e controlar a execução dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Refinar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Definir um ciclo de melhoria contínua dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Instituir o processo como sendo de cumprimento obrigatório.	DTI - SSIGR

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.003, OE.014, OE.029	DR.001, DR.003, DR.013	Mapear e oficializar o processo de gerenciamento de incidentes de segurança da informação	Planejar o projeto de gerenciamento dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Modelar e analisar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica através de workshops. Mapear (desenhar) os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica utilizando a notação BPMN. Implementar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica e configurar ferramentas de TI para otimizá-los. Monitorar e controlar a execução dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Refinar os processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Definir um ciclo de melhoria contínua dos processos de gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica. Instituir o processo como sendo de cumprimento obrigatório.	DTI - SSIGR
OE.008, OE.009	DR.003	Mapear e oficializar o processo de classificação da informação	Submeter proposta para oficialização pelo CGovTI (finalizar a instrução do Processo n. 0038552-97.2020.8.24.0710 com a sugestão da DTI para a criação de um projeto institucional de classificação da informação. Planejar o projeto de classificação da informação. Modelar e analisar os processos de classificação da informação. Mapear (desenhar) os processos de classificação da informação utilizando a notação BPMN. Implementar os processos de classificação da informação e configurar ferramentas de TI para otimizá-los. Monitorar e controlar a execução dos processos de classificação da informação. Refinar os processos de classificação da informação. Definir um ciclo de melhoria contínua dos processos de classificação da informação. Instituir o processo como sendo de cumprimento obrigatório.	DTI - Gabinete

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.012, OE.014, OE.015	DR.003	Realizar o acompanhamento periódico do Plano de Continuidade dos Serviços Essenciais de TIC pelo CGESTI	Definir periodicidade de acompanhamento. Definir critérios de avaliação do Plano de Continuidade dos Serviços Essenciais de TIC.	DTI - SSIGR
OE.012	DR.003	Atualizar o processo de gestão de continuidade de serviços	Atualizar o plano de continuidade de serviços. Detalhar a matriz de riscos e o plano de ação para o eproc e do PJSC-Conecta. Promover ações de engajamento das equipes na execução dos planos.	DTI - SSIGR
OE.012, OE.014	DR.003	Diagnóstico e implementação de ações para implementação da Recomendação CNJ n. 46/2013 e da Lei n. 13.709/2018 (LGPD)	Planejar e executar projeto em conjunto com a DDI e o Comitê de Proteção de Dados Pessoais, prevendo no mínimo: - diagnóstico de inconformidades ao atendimento da Recomendação CNJ n. 46/2013 e da Lei n. 13.709/2018, referente à manutenção de documentos eletrônicos; e - diagnóstico das vulnerabilidades ao atendimento da Recomendação CNJ n. 46/2013 e da Lei n. 13.709/2018, e como elas já estão sendo tratadas. Definir ações para mitigar riscos de violação da Recomendação CNJ n. 46/2013 e da Lei n. 13.709/2018, de acordo com as inconformidades mapeadas. Implementar e documentar as ações de mitigação de risco.	DTI - Gabinete
OE.012	DR.003	Mapear e oficializar o processo de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC	Planejar o projeto de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC. Modelar e analisar os processos de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC através de workshops. Mapear (desenhar) os processos de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC utilizando a notação BPMN. Implementar os processos de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC e configurar ferramentas de TI para otimizá-los. Monitorar e controlar a execução dos processos de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC. Refinar os processos de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC. Definir um ciclo de melhoria contínua dos processos de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC. Instituir o processo como sendo de cumprimento obrigatório.	DTI - SSIGR

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.014, OE.005	DR.003, DR.001	Elaborar o plano de gestão de riscos de TIC	Definir papéis e responsabilidades. Identificar, avaliar e tratar os riscos. Propor normativo com diretrizes para a gestão de riscos e submeter para apreciação do CGovTI. Formalizar a tomada de decisão estratégica pelo CGSI. Formalizar a tomada de decisão operacional pelo CGESTI.	DTI - SSIGR
OE.014, OE.005, OE.006	DR.003, DR.001	Implantar Sistema de Gestão de Segurança da Informação	Aprimorar o nível de maturidade em segurança da informação no PJSC com a adoção de boas práticas estabelecidas em normas técnicas fundamentadas na ABNT NBR ISO/IEC, além da adequação à ENSEC-PJ, instituída pela Resolução CNJ n. 396, de 7 de junho de 2021, com o objetivo de tornar o Poder Judiciário mais seguro e inclusivo no ambiente digital, além de aumentar a resiliência às ameaças cibernéticas, estabelecer governança e fortalecer a gestão da segurança da informação, e permitir a manutenção e a continuidade dos serviços com resposta no menor tempo possível em caso de incidente de segurança da informação.	DTI - SSIGR
OE.014, OE.001, OE.005, OE.006	DR.003, DR.001	Semana da Segurança da Informação	Promovida de 30/11/2020 a 4/12/2020, com duas ações importantes para aprimorar a segurança da informação no PJSC: a conscientização de magistrados, servidores e colaboradores com o envio de dicas e orientações ilustrativas por meio do WhatsApp e o lançamento da Pesquisa de Comportamento em Segurança da Informação, cujo objetivo foi avaliar o comportamento do usuário e identificar as oportunidades de melhoria resultantes da análise dos resultados obtidos.	DTI - SSIGR
OE.008	DR.003	Dicas de TI no Portal do Servidor e Portal do Magistrado	Visa promover a conscientização e o compartilhamento de conhecimento, com a publicação de dicas de TI. As dicas são atualizadas mensalmente, com temas relevantes para a conscientização e a orientação dos magistrados, servidores e colaboradores de todo o PJSC no tocante à segurança da informação.	DTI - SSIGR
OE.009, OE.023	DR.003, DR.001, DR.031	Justiça 4.0 - Balcão Virtual	O Balcão Virtual é uma inovação que promove o acesso remoto direto e imediato dos usuários da Justiça catarinense com o servidor da unidade judicial, sem necessidade de deslocamento ao fórum da comarca.	DTI-DRC, DTI-Gabinete

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.009, OE.023	DR.009, DR.001, DR.003	Justiça 4.0 - Núcleos 4.0	Os Núcleos de Justiça 4.0 permitem o funcionamento remoto, totalmente digital, proporcionando maior agilidade e efetividade à Justiça, pois atendem a todos os que procuram a Justiça em busca de solução para litígios específicos, sem exigir que a pessoa seja obrigada a se deslocar até um fórum para comparecer a uma audiência.	DTI-DSJ, DTI-Gabinete
OE.009, OE.023	DR.007, DR.001, DR.003	Justiça 4.0 - Juízo 100% Digital	O Juízo 100% Digital é a possibilidade de o cidadão valer-se da tecnologia para ter acesso à Justiça sem precisar comparecer fisicamente nos fóruns, uma vez que no Juízo 100% Digital todos os atos processuais serão praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, pela internet. Isso vale também para as audiências e sessões de julgamento, que vão ocorrer exclusivamente por videoconferência.	DTI-DSJ, DTI-Gabinete
OE.009, OE.023	DR.005, DR.001, DR.003	Justiça 4.0 - DATAJUD e CODEX	Instituída pela Resolução CNJ n. 331/2020 como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud) é responsável pelo armazenamento centralizado dos dados e metadados processuais relativos a todos os processos físicos ou eletrônicos, públicos ou sigilosos dos tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal.	DTI-DSJ, DTI-GABINETE
OE.009, OE.023	DR.008, DR.001, DR.003	Justiça 4.0 - PDPJ	A Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) tem como principal escopo incentivar o desenvolvimento colaborativo entre os tribunais, preservando os sistemas públicos em produção, mas consolidando pragmaticamente a política para a gestão e expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe).	DTI-GABINETE, DTI-DSA, DTI-DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Depoimento Especial	Cumprimento da previsão legal da Lei n. 13.431/2017 para realização de oitiva especial de crianças e adolescentes vítimas de violência.	DSGA
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Alteração regra 1032 da Inspeção Virtual FRJ	Visa atender ao Provimento n. 86/2019 do CNJ, com a inclusão de novos dados no sistema de inspeção virtual, visando à aferição do recolhimento do FRJ respectivo a cada ato.	DSA

Projetos e Ações de Negócio

Os projetos e ações de negócio são aqueles que têm como objetivo atender às necessidades das áreas de negócio do PJSC. Eles são priorizados segundo os critérios previstos na Resolução GP n. 18/2020 e pelo Comitê Gestor do eproc, alinhados às diretrizes definidas no âmbito do CGovTI.

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.022, OE.008, OE.014	DR.001, DR.003	Implantação do Pergamum para controle de processos arquivados	Implantação de módulo do Pergamum para controle de processos arquivados (descontinuidade do sistema SAJ).	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Integração do eproc com o ERP para emissão de guias	Desenvolvimento de serviços de integração entre o módulo de custas do eproc e o módulo financeiro do novo sistema de ERP, em implantação pela empresa Thema, em substituição ao CCJ.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Migração SAJ x eproc - Processos físicos	Migrar os processos físicos 1G e 2G do SAJ para o eproc. Criar um procedimento para possibilitar a digitalização destes processos no eproc ou a baixa definitiva no caso de extinção.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Projeto Jurisdição Ampliada - Vasos comunicantes	Implantar no âmbito do PJSC regiões de auxílio e/ou de distribuição para que processos possam ser redistribuídos para unidades com menos processos. Entender as configurações disponíveis no eproc, criadas pelo TRF4 para esse propósito, avaliar e implementar as adequações necessárias às necessidades do PJSC.	DSJ
OE.018, OE.008, OE.009	DR.001, DR.003	Automatização do envio de dados para o DataJud	Definição de processo para envio de dados periódicos para o DATAJUD. Testar envio de dados na última versão homologada do eproc. Automatizar processo de envio.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Extinção de penas no rol de culpados de processos arquivados no SAJ	Implementar funcionalidade no eproc que permita informar a extinção de uma pena no rol de culpados do SAJ. Atualmente existem aproximadamente 110 mil registros de apenados no rol de culpados do SAJ relacionados a processos arquivados no SAJ. Como esses processos não serão migrados para o eproc, porém as penas correspondentes, lançadas no rol, deverão ser extintas. Implementação necessária para desligamento definitivo do SAJ.	DSJ

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Contadoria Judicial Estadual	Projeto para a adequação do módulo de custas e do sistema eproc para implantação da centralização das contadorias, tendo em vista a implantação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, da Gerência de Custas e Cálculos Judiciais (GECUSTAS), integrante da estrutura organizacional do Poder Judiciário, vinculada à Diretoria de Orçamento e Finanças, para a prática de atos de contadoria judicial e correlatos nas formas regulamentadas pela Lei Complementar n. 17.654, de 27 de dezembro de 2018. Ao ser realizado o levantamento para entender a necessidade de se considerar a demanda https://redmine.tjsc.jus.br/issues/52971 – Implementação de módulo para cálculo processual, conforme referenciado no processo que originou a demanda.	DSJ
OE.018, OE.008, OE.009	DR.001, DR.003	Integração PM - Botão do Pânico	Demanda que compreende a construção de um serviço de consulta, disponibilizado via webservice, para consumo do sistema da Polícia Militar, para ativação do botão do pânico no aplicativo PMSC Cidadão e para identificar a localização. O serviço deverá contemplar a consulta das medidas protetivas de urgência deferidas. Deve incluir os seguintes campos: - CPF mulher - telefone - endereço - número do processo - documento da decisão A demanda é de origem da CEVID.	DSJ
OE.018, OE.009	DR.001, DR.003	Implantação das ferramentas de IA disponibilizadas pelo TRF4 na versão nacional do eproc	Implantar as funcionalidades relacionadas ao uso da IA, disponibilizadas pelo TRF4 na versão nacional do eproc, no ano de 2021, visando ao aumento de produtividade das unidades judiciais, tanto no 1G como no 2G. A demanda envolve configuração, execução de scripts, testes pelos especialistas de negócio nas duas instâncias, bem como o desenvolvimento de ajustes necessários para utilização na justiça estadual.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Integração com Tribunais Superiores - STJ	Atualmente o envio de processos ao STJ exige que o servidor acesse o sistema do STJ, preencha os dados, junte as peças do processo e faça o envio. Com a integração, as etapas de preenchimento de dados e inclusão de peças serão dispensadas, bastando o servidor enviar o recurso.	DSJ

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.017, OE.009, OE.008	DR.001, DR.003	Implantação do Cejusc Virtual	Implantação do Cejusc Virtual no âmbito do PJSC. Algumas características desejadas: Criar um Cejusc da Capital – o Cejusc Virtual estará acoplado nele (lista de alunos da academia que irão fazer a conciliação). O gerenciamento desses conciliadores seria feito por esse Cejusc para o Estado todo botão QUERO CONCILIAR para qualquer tipo de processo, não só de juizado botão encaminha para o Cejusc Virtual o que a unidade não conseguir fazer, envia para o Cejusc Virtual botão que envia marcação da audiência para o conciliador, para as partes e representantes – a intimação tem de ser simples, rápida. Juiz exclusivo para cuidar da gerência do Cejusc Virtual chat para troca de mensagens mediadas entre as partes. Expectativa de um terço dos acordos homologados.	DSJ
OE.023, OE.008, OE.014, OE.015	DR.001, DR.003	Força-Tarefa de Operação	Força-tarefa de todos os desenvolvedores eproc com a finalidade de diminuir o número de <i>issues</i> de manutenção acumuladas. Em virtude dela, os trabalhos em projetos serão suspensos em setembro de 2021.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Extensão das funcionalidades de afastamento de magistrados do 2G para turmas recursais	Origem: Reunião DTI e componentes das turmas Problema A Resolução n. 13/2019, que reestruturou as turmas recursais, prevê em seu art. 6º a suspensão da distribuição dos processos durante o período de afastamento do magistrado. O eproc não atende a essa regra, o que obriga a redistribuição manual. Sugestão de Solução Configurar o eproc para que realize a distribuição conforme o art. 6º: “No período de afastamento, a distribuição de processos ao juiz de direito afastado da turma recursal será suspensa, distribuindo-se o excedente igualmente, cumulado com a distribuição normal, entre os juizes de direito em atividade nas demais turmas recursais, ressalvados os casos de prevenção.” Benefícios Atender à Resolução n. 13/2019 Celeridade processual Solicitação Original Habilitação das funcionalidades de controle de afastamentos e compensação de distribuição criadas para os desembargadores no 2G para os juizes-membros das turmas recursais no eproc 1G. Fonte: Reunião DTI e componentes das turmas.	DSJ

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Implantar turma de incidentes das turmas recursais (TU)	Conforme estabelecido na Resolução COJEPMEC n. 3 de 18 de maio de 2020, registra-se a necessidade de configurar no eproc 2G o órgão julgador Turma de Uniformização, com competência para receber e processar os pedidos de uniformização de jurisprudências oriundos das turmas recursais.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Complementação e ressarcimento de diligências	No eproc não é possível realizar complementação da diligência quando o oficial cumpre ou percebe antes que o local é mais distante que o da diligência paga. Nesse caso é necessário cobrar uma nova diligência, e o ressarcimento da primeira somente é feito nas custas finais. No eproc não é possível ressarcir a parte que pagar um valor de diligência feito a maior quando o oficial cumpre ou percebe antes que o local é mais próximo que o da diligência paga. Neste caso também é necessário cobrar uma nova diligência, e o ressarcimento da primeira somente é feito nas custas finais.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Integração eproc x SEEU	Desenvolvimento da integração entre os sistemas eproc e SEEU. No TJSC, o foco será na integração entre o eproc 2G e o sistema do CNJ.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Integração Jurisprudência	Finalização da integração com o sistema de jurisprudência.	DSJ
OE.018, OE.008, OE.015	DR.001, DR.003	MNI - enviar avisos na entrada da tramitação direta	Implementação do envio de aviso de notificação para o Ministério Público e para as polícias quando o processo for colocado em tramitação direta e quando for retirado da tramitação direta (voltar para a tramitação no juízo).	DSJ
OE.015	DR.003	Atualização dos equipamentos de rede (switches) da Torre I do TJSC	Finalização da troca dos switches da sede do Tribunal de Justiça - Torre I, previsto para dezembro (já foram trocados na Torre II, Academia, Eduardo Luz, ACCR, Rid Silva).	DRC
OE.008, OE.009, OE.015	DR.003	PJSC-CONECTA versão 2.0	Nova versão do PJSC-Conecta para o 2º e o 1º grau prevista até dezembro	DRC
OE.015, OE.027	DR.003, DR.027	Ampliação da rede do firewall	Melhoria e ampliação da rede do firewall.	DRC

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.008, OE.009, OE.015, OE.029	DR.003, DR.013	Migração para plataforma O365 do Sistema de Segurança	Migração do sistema de segurança para o Office 365 e fase de implantação.	DRC
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Projeto Certidões Eleitorais 1G	Solicitação e emissão da certidão para fins eleitorais no sítio do Poder Judiciário catarinense, sem necessidade de deslocamento do interessado até a unidade judiciária.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Projeto Integração do eproc com o Diário da Justiça Nacional	Visando atender determinação da Resolução n. 234/2016 do CNJ, a partir do dia 21 de junho de 2021 os atos dos processos judiciais que tramitem no eproc serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), plataforma criada pelo CNJ que reúne atos judiciais publicados diariamente pelos tribunais.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Recolhimento antecipado do preparo recursal	Para recolher o preparo era necessário o protocolo do recurso. Por solicitação da OAB/SC, a forma de recolhimento foi alterada, o que permite ao advogado recolher os valores antes de protocolar o recurso e dá mais segurança por ocasião da análise de admissibilidade pelos gabinetes.	DSJ
OE.008, OE.009, OE.015	DR.001, DR.003	Robô CGJ/DTI - Otimização de movimentações	Conjuntamente com a CGJ, desenvolveu robôs para pesquisa de endereços no âmbito processual, que alcançaram resultados positivos na otimização do impulso processual, sem necessidade de intervenção humana.	DSJ
OE.018, OE.008, OE.009	DR.001, DR.003	Pagamento de custas judiciais com cartão de crédito	Inovação que permite pagamento das custas judiciais por cartão de crédito no sistema eproc - trazendo mais praticidade ao jurisdicionado.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003, DR.027	Primeira etapa de implantação da Unidade Regional de Direito Bancário	Com a criação da Unidade Regional Bancária, foi redistribuído todo o acervo das unidades de Meleiro e Anchieta, e 50% do acervo de processos em tramitação da Vara de Direito Bancário de Blumenau. Além disso, para viabilizar o projeto, as unidades de Direito Civil do Foro do Continente (1ª e 2ª Varas Cíveis) agora integram a Comarca da Capital - Foro Central, juntamente com as 6 unidades lá existentes.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003, DR.031	Consulta de processos pelo filtro "parte"	A consulta pelo nome da parte no eproc considerava somente os tipos de participação ativa e passiva. O sistema foi alterado para considerar outros tipos de participação.	DSJ

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Atualização dos valores dos honorários advocatícios – AJG	Atualização do sistema AJG visando atender a majoração dos valores dos honorários advocatícios, conforme estabelecido na Resolução CM n. 3/2021.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Nomeação de profissional para depoimento especial – AJG	O AJG foi configurado para permitir nomear profissional que não pertença ao quadro de servidores do PJSC para a tomada de depoimento especial da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Módulo bens e armas apreendidos	O eproc passou a contar com ferramenta que permite o cadastro dos bens e armas apreendidos.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Importação dos valores de boletos – SAJ X eproc	Os valores recolhidos a título de diligência em processos que tramitavam no eproc SAJ e foram migrados não era passíveis de reaproveitamento, obrigando a parte a realizar novo recolhimento no eproc e solicitar a devolução dos valores recolhidos anteriormente. Com essa funcionalidade foi possível reaproveitar os valores recolhidos no SAJ em processos migrados.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Alteração no cômputo dos prazos no eproc 1G e 2G	A alteração tem por finalidade evitar prejuízos às partes em eventual divergência sobre cômputo de dias para resposta, uma vez que existem entendimentos jurisprudenciais diversos quanto ao dia de início para a contagem de prazo.	DSJ
OE.018, OE.008, OE.009	DR.001, DR.003	Implantação do NUGEP no eproc 1G	Desenvolvidas funcionalidades para gerir os processos que se encontram com determinação de sobrestamento perante o primeiro e segundo grau, juizados especiais e turmas recursais. Com isso, já é possível realizar o envio completo das informações dos processos sobrestados existentes no sistema eproc para o CNJ.	DSJ
OE.018, OE.008, OE.015	DR.001, DR.003	Integração do eproc com a versão 3.0 do BNMP	O Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) é um sistema eletrônico que auxilia as autoridades judiciárias da justiça criminal na gestão de documentos atinentes às ordens de prisão/internação e soltura expedidas em todo o território nacional. A nova versão alterou a forma de acessos dos usuários, visando aumentar a segurança no acesso aos dados, o que demandou da DTI estudo e desenvolvimento no sistema eproc para garantir a integração entre esses sistemas.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Tratamento de erros no eproc	O novo formato implantando para tratamento dos erros do eproc dá maior visibilidade do que está sendo executado, além de permitir acompanhar a fila de espera.	DSJ

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Migração de precatórios	Os precatórios que tramitavam no sistema SAJ5 do Primeiro Grau, com a migração de todos os processos, passaram a tramitar no eproc 2G.	DSJ
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Os precatórios que tramitavam no sistema SAJ5 do Primeiro Grau, com a migração de todos os processos, passaram a tramitar no proc 2G.	Como primeira etapa para a implantação do SEEU no TJSC, a DTI viabilizou a migração de mais de 69 mil processos das bases de dados do eproc e SAJ, totalizando mais de 18 milhões de documentos e 8.0 terabytes de dados.	DSJ
OE.018, OE.008, OE.009	DR.001, DR.003	Jurisprudência e uso de IA	Incremento dos mecanismos de pesquisa de jurisprudência com IA. Identificação de citações a conteúdos decisórios com efeitos vinculantes - art. 927, CPC (RE, REsp, súmulas e IRDR) - nas decisões resultantes da pesquisa. Essas citações são indexadas, vinculadas às respectivas decisões, para que sejam apresentadas, agrupadas e sumarizadas na tela de pesquisa da jurisprudência.	DSJ e DSA
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Integração do eproc com a jurisprudência	Publicação automática dos acórdãos emitidos no eproc na jurisprudência catariense.	DSJ e DSA
OE.018, OE.008, OE.009	DR.001, DR.003	Processos angariadores	Foi disponibilizado no âmbito do eproc de 1º grau o acompanhamento dos processos angariadores, que recebem os recursos das prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo e transação penal e dos processos de destinação, que são os pedidos de cadastro e apresentação dos projetos sociais pelas entidades.	DSJ e DSA
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Pedido de devolução de custas	O novo formato para solicitação de devolução de custas faz parte do projeto ERP e foi concebido integrado ao eproc, trazendo benefícios na tramitação de tais pleitos tanto para o público interno quanto externo, bem como ganho em eficiência, transparência e celeridade.	DSJ e DSA
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Repasse para os oficiais de justiça	Os repasses dos valores destinados aos oficiais de justiça eram feitos de forma individual, ou seja, cada diligência exigia uma transferência bancária, o que gerava grande custo ao PJSC. Com a melhoria, os repasses são semanais, com transferência única, sendo transparente aos oficiais, pois eles têm acesso aos dados dos processos pagos na semana.	DSJ e DSA

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Tramitação dos precatórios no eproc	O eproc 2G foi configurado para permitir o protocolo dos novos precatórios, com integração com o sistema de precatórios da DOF. Em consequência, o SAJ passou a não receber novas ações.	DSJ e DSA
OE.018, OE.021, OE.008, OE.009	DR.001, DR.003	Sistema de votação eletrônica	O Sistema de Voto Eletrônico garantiu a possibilidade de realização de votação secreta e segura no Órgão Especial de forma virtual.	DSA
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Formulário de sustentação oral para sessões por videoconferência	Antes a solicitação de sustentação oral contava apenas com a opção presencial. A disponibilidade do novo formulário possibilitou aos interessados a oportunidade de solicitar e fazer a sustentação oral na sessão realizada por videoconferência.	DSA
OE.018, OE.008, OE.009	DR.001, DR.003	Melhoria na pesquisa da jurisprudência	A melhoria consiste na utilização de técnicas de recuperação de informação para dar maior celeridade à pesquisa. Além dos resultados encontrados na pesquisa por palavra-chave, também são apresentadas as citações a temas e jurisprudências de tribunais superiores ou do próprio TJSC, bem como um quadro-resumo com todas as citações encontradas para a pesquisa realizada, contemplando, inclusive, links para consulta das súmulas nos tribunais.	DSA
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Fim do peticionamento eletrônico no SAJ	Em 2021, foi alcançado o marco de encerramento da tramitação de processos no SAJ. Embora seja mantido contrato de manutenção do sistema SAJ5 com a Softplan, esse fato, em conjunto com a migração dos processos para o eproc, permitiu que os valores contratuais baixassem de aproximadamente 900 mil reais por mês em 2019 para cerca de 290 mil reais por mês em 2020, e para 60 mil reais mensais em 2021.	DSGA
OE.018, OE.023, OE.008, OE.015	DR.001, DR.003	Transferência do monitoramento do SAJ da Softplan para equipe interna do TJSC	Transferência da operação e monitoramento do SAJ da Softplan para o TJSC, visando alinhar e dar condições mínimas para que as equipes de infraestrutura e suporte do TJSC pudessem assumir a operação e o monitoramento do SAJ a partir do dia 18.11.2020.	DITI e DSGA
OE.018, OE.008, OE.009	DR.001, DR.003	Cessão de 35 kits de microinformática às instituições parceiras	Foram cedidos 35 kits, compostos de computadores com dois monitores, webcam, mesa de som e microfone para as unidades vinculadas à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SEAP), para a realização de videoaudiências. Além disto, os kits entregues ao DEASE permitirão aos menores que estão sob restrição e privação de liberdade contatar seus familiares enquanto a pandemia ainda não estiver controlada.	DSGA

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Sistema de Prestação de Contas das Serventias Extrajudiciais	Aumento da receita em decorrência da melhor fiscalização e mais fácil detecção de irregularidades. Redução no tempo de tramitação das prestações de contas. No comparativo entre o primeiro semestre de 2019 e o mesmo período de 2020, registrou-se aumento de 19% na arrecadação da receita excedente.	DSA
OE.020, OE.009	DR.001, DR.003	Form DS – Covid	Apoio à elaboração de pesquisa, compilação de dados e elaboração de painéis para apoio à tomada da decisão e estratégias para o retorno gradual às atividades.	DSA
OE.008, OE.009, OE.018	DR.001, DR.003	Modernização da tecnologia do portal institucional	Buscando de forma contínua atualizar a tecnologia que sustenta o portal institucional, foi realizada a migração para a ferramenta Lifera DXP.	DAGG e DSA
OE.023, OE.008, OE.014, OE.027	DR.001, DR.003, DR.027	Desativação e migração dos formulários e portais	Continuidade dos serviços, melhoria da manutenção, redução do esforço para manutenção dos ambientes, incremento do desempenho e atualização tecnológica.	DSA e DAGG
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Distribuição de títulos integrada ao CENPROT	O sistema da Central de Remessa de Arquivos (CRA) foi substituído por uma integração com o sistema da Central Nacional de Protestos (CENPROT). A entrega permitiu ajuste no fluxo de informações entre os sistemas, garantindo maior robustez e controle no processamento das remessas dos títulos protestados.	DSA
OE.008, OE.009, OE.020	DR.001, DR.003	Minha Biblioteca	Foi disponibilizada em produção a integração do Acesso Restrito com o portal Minha Biblioteca, que é uma solução digital de e-books. Dessa forma, todos os colaboradores do PJSC poderão acessar o conteúdo do portal Minha Biblioteca com autenticação através do Acesso Restrito. Além desse benefício, o PJSC contou com expressiva redução de custos.	DSA
OE.023, OE.011, OE.014, OE.015	DR.001, DR.003	Central de Auditoria	Automatiza a forma como a coleta de informações é realizada, onde os registros de auditoria são pesquisáveis, e a modelagem utilizada pela auditoria foi pensada para facilitar a investigação de incidentes.	DSA
OE.023, OE.008, OE.027	DR.001, DR.003, DR.027	Novos formulários para a Academia Judicial	Foram criados dois novos formulários visando atender à Resolução CNJ n. 106/2010, que define os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos tribunais de segundo grau.	DSA

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.023, OE.008, OE.027	DR.001, DR.003, DR.027	Formulário de solicitação de condições especiais de trabalho	Disponibilizado formulário eletrônico para que magistrados e servidores possam requerer as condições especiais de trabalho, conforme preceitua a Resolução CNJ n. 343/2020.	DSA
OE.023, OE.008, OE.027	DR.001, DR.003, DR.027	Formulários de requerimento de alteração de auxílio-saúde	Criados os formulários para que magistrados e servidores solicitem alterações no auxílio-saúde, como inclusão ou exclusão de dependentes, entre outros, conforme requisitos previstos na Resolução TJ n. 20/2020.	DSA
OE.023, OE.008, OE.027	DR.001, DR.003, DR.027	Disponibilização dos novos formulários da Ouvidoria	Além de automatizar a entrada de demandas no sistema interno da Ouvidoria, o novo formulário está adaptado para as novas demandas relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados.	DSA
OE.023, OE.011, OE.014, OE.015	DR.001, DR.003	Ciclo de vida do usuário	A funcionalidade de desligamento automático do usuário na gestão de credenciais do Poder Judiciário diminui os riscos de usos indevidos por usuários após seu desligamento.	DSA
OE.018, OE.015, OE.027	DR.001, DR.003, DR.027	Retenção e recolhimento do imposto de renda sobre o pagamento efetuado às serventias extrajudiciais e aos juízes de paz	Cálculo e retenção de imposto de renda na fonte para os pagamentos realizados a título de ressarcimento de atos gratuitos praticados por serventias extrajudiciais e juízes de paz, bem como a ajuda de custo concedida às serventias extrajudiciais classificadas como deficitárias.	DSA
OE.023, OE.008, OE.027	DR.001, DR.003, DR.027	Formulário de Acompanhamento de Teletrabalho	Permitir o gerenciamento da produtividade e metas dos servidores em teletrabalho pela DGP.	DSA
OE.020, OE.009	DR.001, DR.003	Informe de rendimentos para fins de imposto de renda	As partes, advogados, peritos e aqueles que <i>jus postulandi</i> podem obter o informe acessando o eproc, sem necessidade de solicitar as unidades judiciárias.	DSJ e DSA
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Ajustes no procedimento da tramitação direta	Os processos em trâmite que são colocados em tramitação direta não disparam qualquer aviso sobre essa alteração, prejudicando o acompanhamento do processo pelo MPSC. Com o ajuste, todo processo que for colocado pelo servidor em tramitação direta irá disparar um aviso ao MPSC.	DSJ
OE.008, OE.009, OE.018	DR.001, DR.003	Implantação da ferramenta de IA disponibilizada pelo TRF4	Implantar e disponibilizar soluções que aplicam técnicas IA com o objetivo de construir de forma gradativa e contínua ferramentas que auxiliem na automatização de atividades repetitivas.	LT e DAGG

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.008, OE.009, OE.011, OE.018	DR.001, DR.003	Atualização do SEI	Atualização do SEI, utilizado para trâmite dos processos administrativos, para a versão 4.0, que trouxe várias novidades, como o uso do nome social, conforme determina a Resolução CNJ n. 270/2018.	DAGG
OE.023	DR.001	Atualização de notebooks	Atualização tecnológica com distribuição de novos computadores portáteis para magistrados e diretores do PJSC. Os novos dispositivos serão agregados ao atual parque tecnológico, em apoio aos já defasados ultrabooks Folio 9470, adquiridos em 2013.	DSGA
OE.023	DR.001	Implantação rede wi-fi para o MPSC	Implantação de rede wi-fi nas comarcas por meio de convênio firmado entre o TJSC e o MPSC. A implantação foi finalizada em 23 comarcas e está em andamento em 102. Por meio da parceria entre as instituições, o serviço estará disponível não só para o MP, mas também para servidores e magistrados.	DRC e DSGA
OE.018, OE.008	DR.001, DR.003	Inspeção Virtual do FRJ 3_0	Evolução da ferramenta de inspeção virtual do FRJ utilizado pela Auditoria Interna, com melhoria no processo de coleta de dados e consolidação dos relatórios, além de atualização tecnológica do sistema trazendo robustez e facilidade de manutenção.	DSA
OE.008, OE.009, OE.011, OE.018	DR.001, DR.003	Implantação do Microsoft Office 365	A solução garante alta disponibilidade de ferramentas como Word, Excel, PowerPoint, Teams e armazenamento de arquivos, com segurança avançada, usabilidade simplificada e integração ao ambiente do PJSC. Todas as ferramentas que a compõem estarão disponíveis em qualquer lugar, a qualquer momento e em qualquer dispositivo - até mesmo em smartphones, por meio de conexão com a internet.	Gabinete e DSGA
OE.023	DR.001	Atualização tecnológica do parque de computadores	Busca otimizar o parque tecnológico do PJSC, ampliando a vida útil e a capacidade técnica dos equipamentos. Também garante que os equipamentos atualizados estejam mais adequados às demandas operacionais dos usuários.	DSGA

Projetos e Ações Estruturantes de TI

Os projetos estruturantes de TI são aqueles que tem como objetivos mitigar riscos de TI, melhorar a segurança da informação, melhorar a disponibilidade e o desempenho dos serviços de TI, melhorar processos de trabalho e gestão, otimizar recursos e potencializar o crescimento dos serviços de TI, entre outros.

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.015, OE.008, OE.023	DR.003, DR.001	Projeto Resiliência	Aumentar a performance do sistema eproc e monitorar os atrasos de sincronização entre os bancos primários e secundários.	DSJ
OE.015, OE.008, OE.023	DR.003	Diminuição da indisponibilidade do sistema ao jurisdicionado: SAJ X eproc	A adoção do eproc trouxe grande ganho ao Judiciário catarinense não somente em termos financeiros, por ser um sistema totalmente gratuito, mas pela estabilidade, sentida pelos usuários internos e externos. Durante 2019, em que quase a integralidade dos processos tramitavam no SAJ, foram identificados 13 períodos de indisponibilidade do sistema, que resultaram na emissão de certidão de indisponibilidade para prorrogação de prazo. Já com o sistema eproc, no ano de 2020, foram identificados 4 períodos de indisponibilidade.	DSJ e DITI
OE.015	DR.003	Modernização da tecnologia do portal institucional	Buscando de forma contínua atualizar a tecnologia que sustenta o portal institucional, foi realizada a migração para a ferramenta Liferay DXP.	DAGG e DSA
OE.014, OE.002	DR.003, DR.004, DR001	Desativação e migração dos formulários e portais	Continuidade dos serviços, melhoria da manutenção, redução do esforço para manutenção dos ambientes, incremento do desempenho e atualização tecnológica.	DSA e DAGG
OE.015	DR.003	Estabilidade na infraestrutura de aplicações	Foi adotada a estratégia de “quarentena” na disponibilização de aplicações administrativas. Esse projeto viabilizou que novos sistemas entrem em produção em ambiente separado das demais aplicações, até que se possa estabelecer com segurança que o perfil de uso está adequado às capacidades e recursos planejados para o ambiente definitivo. Isso garante que a infraestrutura principal não sofra com efeitos colaterais capazes de afetar a disponibilidade das demais aplicações utilizadas no dia a dia pelos usuários	DSA

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.015	DR.003	Conclusão da migração das bases de dados Oracle para o ExaCC	A migração de todas as bases de dados Oracle para o modelo de nuvem privada Oracle Exadata Cloud At Customer, também conhecido como Oracle ExaCC, permitiu maior velocidade do acesso às informações em relação à nuvem pública, ao passo que toda a gestão da infraestrutura de equipamentos permanece sob a responsabilidade da Oracle, desonerando a equipe da DTI dessa atividade.	DITI
OE.015	DR.003	Incremento da infraestrutura	Possibilitou o trâmite de mais de 3 milhões de processos no eproc, como também mais de 500 videoconferências simultâneas no PJSC Conecta.	DITI
OE.015, OE.014	DR.003	Renovação de licenças de certificados SSL	Renovação das licenças e substituição dos certificados antigos pelos novos, conferindo maior proteção aos domínios e subdomínios do TJSC por meio de conexões protegidas por criptografia entre os usuários e esses domínios.	DITI
OE.015	DR.003	Melhoria do provimento de aplicações - segmentação por contêineres	Trouxe maior agilidade no provimento dos servidores de aplicação (novas instâncias de middleware), possibilitando isolar aplicações para que uma não interfira na outra, de forma a garantir maior disponibilidade e robustez.	DITI
OE.015	DR.003	Implantação de gestão centralizada e automática de configuração - eproc	Padronização das configurações dos servidores da infra do eproc, evitando problemas no sistema que possam ser causados por erros de configuração na infra.	DITI
OE.015, OE.014	DR.003	Projeto de Implantação de Atualizações Automáticas de Segurança em Servidores Linux	Concluída a segunda etapa, que ativou a instalação automática de atualizações de segurança nos servidores da infraestrutura dos serviços: - APP e APP-INTRA, que servem como porta de entrada para várias aplicações administrativas internas do TJ; - MentorWeb da Academia Judicial; - Jenkins, Maven e SVN, ferramentas de apoio dos analistas da DTI; e - Serviços legados da DGP. E parcialmente nos servidores da infraestrutura dos serviços: - PergamumWeb da Biblioteca do TJSC; e - Busca da Jurisprudência e Diário da Justiça.	DITI

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
EO.008, EO.015, OE.014	DR.003	tjsc-phpban - Solução para prevenção do abuso de acesso ao eproc	A ferramenta analisa o acesso dos usuários, prevenindo que um ou mais clientes com alta demanda (com atuação similar a utilização de robôs) esgotem os recursos computacionais disponíveis.	DITI e DSJ
OE.008, OE.015, OE.014	DR.003	Expansão da central de atendimento	Padronização e facilitação do acesso dos usuários aos diversos serviços prestados pelas diretorias administrativas do PJSC. Já estão sendo atendidas DIE, DEA (Divisão de Manutenção do Segundo Grau), DSJPG, DTI, Comagis e TSIs da DGA, com expansão prevista para DMP e mais TSIs da DGA.	DAGG
OE.012	DR.003	Backlog dos projetos do eproc	Organização para o time e transparência para stakeholders e demandantes, trazendo informações sobre projetos concluídos, em andamento e previstos para realização pela equipe.	
OE.014, OE.029, OE.005	DR.003, DR.013, DR.004	Modernização e publicação de normas relacionadas à segurança da informação e implantação dos processos do Sistema de Gestão de Segurança da Informação	Alinhamento da instituição às melhores práticas relacionadas à segurança da informação, assegurando o acesso correto e controlado às informações e buscando atuar preventivamente diante dos novos desafios impostos aos tribunais.	SSIGR
OE.008, OE.012, OE.027	DR.003, DR.027	Modernização e publicação de norma relacionada à telefonia	Atualização da norma para adequá-la à nova realidade e necessidades organizacionais. Destaques da norma: destinação dos aparelhos exclusivamente para o serviço, destinação pessoal para os cargos de representação	DRC
OE.015	DR.003	Implantação do novo Backbone do Ciasc	Aumento da disponibilidade e performance na conexão dos servidores de dados localizados no Data Center do CIASC, que fornecem a infraestrutura de Data Center Backup para o PJSC.	DRC

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.015, OE.030	DR.003, DR.013	Solução de antivírus para o parque tecnológico do PJSC	A solução de antivírus para o parque tecnológico do PJSC eleva o grau de segurança e minimiza riscos de ataques internos e externos por invasores indesejados. É mais uma camada de proteção necessária para tentar mitigar possíveis ataques. Citamos exemplos do STJ e de outros Tribunais que foram atacados e ficaram inoperantes por longos períodos.	DRC
OE.015	DR.003	Ampliação do sistema de telefonia VOIP III	A nova central telefônica possibilitou a instalação dos ramais do PJSC no computador dos servidores em home office, sem a necessidade de conexão com a VPN, permitindo a desativação do encaminhamento de ligações (siga-me), que estavam gerando elevados custos para o PJSC. Além disso, o projeto permitiu a ampliação dos mecanismos de segurança e atualização tecnológica.	DRC
OE.015	DR.003	Troca dos equipamentos da Torre II	Modernização da infraestrutura de rede, com a substituição e reorganização do rack do backbone. Os dispositivos substituídos tinham mais de 15 anos de uso e já não comportavam a necessidade de ampliação de rede dos andares, por falta de espaço físico.	DRC
OE.001, OE.014	DR.003, DR.004	Definição de permissões de acesso para os relatórios disponíveis no servidor de relatórios	Definição de permissões de acesso para os relatórios disponíveis no servidor de relatórios, garantindo que as informações estejam acessíveis somente para as pessoas autorizadas, visando atender o que estabelece a LGPD.	DSA
OE.023	DR.001	Provimento de links de dados SD-WAN	Mais segurança e disponibilidade da rede das comarcas proporcionado pelo uso de operadoras distintas, associado ao uso da tecnologia SD-WAN para prover a rápida comutação entre os links, a priorização do tráfego crítico pelo link de melhor qualidade, bem como o balanceamento ou distribuição do tráfego entre os diversos links.	DRC
OE.012	DR.003	Nova gerência de telefonia	Facilidade de visualização e gestão dos ramais centralizado de todo o Estado.	DRC
OE.008, OE.011, OE.015, OE.018	DR.003, DR.001	Zabbix e Grafana	Melhoria do monitoramento dos equipamentos da rede.	DRC

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.014	DR.003	Desativação do TJWEB	Informações e serviços relevantes para instituição estão hospedados em servidor legado, sujeito a falhas e sem redundância. Com a migração dos serviços e informações para novo servidor, será possível desativar o servidor, garantindo mais segurança.	DSA
OE.023	DR.001	Desativação do SCUA	O projeto de desativação do sistema SCUA trata da substituição dos sistemas e subsistemas relacionados, trazendo vantagens do ponto de vista tecnológico com sistemas mais rápidos, acessíveis, constantemente atualizados e com melhor interação com o usuário, além de racionalizar os recursos disponíveis.	DSA
OE.014	DR.003	Atualização dos Servidores Ubuntu 8.04, 10.04, 12.04, centos/oracle linux	Tornar a infraestrutura de servidores com sistema operacional Linux mais segura, diminuindo o risco de ser atingido por ataques cibernéticos.	DITI
OE.023	DR.001	Criação da infra para separação da consulta pública do eproc 1G e 2G	Maior estabilidade do eproc, evitando que as consultas realizadas por “robôs” causem impacto na utilização do sistema por magistrados, servidores, advogados, etc.	DITI
OE.015	DR.003	Nova ferramenta genérica para formulários do PJSC	Desenvolver uma solução única de formulários no padrão FW3, ou seja, não criar mais formulários no liferay, nem no SPA.	DSA
OE.014	DR.003	Melhoria da segurança de rede	Melhoria na segurança organizacional, impossibilitando que empresas externas acessem à rede do TJSC através do acesso do servidor da Diretoria da Saúde, fazendo com que esse acesso passe a ser exclusivo a esse servidor.	DRC
OE.016, OE.012	DR.001, DR.003	Plano de Comunicação	A comunicação da Diretoria de Tecnologia da Informação era realizada por diversos canais, sem padrão e sem o devido envolvimento de todos os setores responsáveis ou afetados pelo teor da informação. Nesse sentido, tem-se implantado plano de comunicação direcionado ao público-alvo, objetivando a padronização da informação e o envolvimento de todos os stakeholders, tornando a comunicação da DTI clara, concisa, objetiva e efetiva.	DSGA

Estratégia	Doc. Referência	Ação	Descrição	Área Responsável
OE.023	DR.001	Estabilização energética	Estabilização energética para a proteção de equipamentos de tecnologia e comunicação das unidades administrativas e judiciais, e dos dados produzidos nas referidas unidades em razão da autonomia dos equipamentos.	DSGA
		Programa de Melhorias na Arquitetura do eproc	Melhorias nos atributos de qualidade do sistema Eproc, levando ao aumento na produtividade e à satisfação de seus usuários.	DSJ
OE.022	DR.001	Serviços de Impressão	Otimização do parque de impressoras e redução do número de documentos impressos e dos custos com insumos e manutenção dos equipamentos de impressão.	DSGA
OE.003	DR.004	Instrução Normativa – Acesso Remoto a Computadores	A proposta de IN busca disciplinar a utilização de equipamentos particulares para o acesso remoto à rede de dados do Poder Judiciário na realização de trabalho remoto em regime de home office, bem como otimizar o emprego de equipamentos do parque tecnológico.	DSGA
OE.012	DR.003	Instrução Normativa – Carga ideal de equipamentos por técnico de suporte em informática	Com o advento da Resolução GP n. 8/2021, houve a necessidade de disciplinar a carga ideal de equipamentos para atendimento por parte dos TSI. Para implantar a nova metodologia normatizada, são necessários estudos aprofundados sobre a demanda de suporte. Assim, a equipe do Núcleo de Apoio Administrativo da DSGA está elaborando proposta de IN transitória com vigência de 2 anos (conforme previsão normativa) até a conclusão dos estudos.	DSGA
OE.012	DR.003	Implantação do modelo de governança dos projetos estruturantes da DTI	Visa definir um modelo de governança dos projetos estruturantes da DTI, com pelo menos um processo de análise e priorização, definição de papéis dos envolvidos no processo e as diretrizes e/ou critérios para a priorização desse tipo de projeto.	DAGG

Contratações de TI

Plano de Contratações de Tecnologia da Informação (PCTI) é o instrumento de planejamento que abrange os investimentos em soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito do PJSC, objetivando o cumprimento das metas estratégicas estabelecidas e das ações e projetos definidos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Estratégia	Tipo	Subgrupo	Objeto	Área Responsável	Valor Estimado
OE.015	Nova Contratação	Infraestrutura de TI	Solução para modernização dos ambientes tecnológicos de comunicação e colaboração institucional - E-mail e armazenamento na nuvem.	DITI	R\$ 3.000.000,00
OE.015	Nova Contratação	Microinformática	Aquisição de memória para realizar o upgrade tecnológico em microcomputadores do parque tecnológico do PJSC.	DSGA	R\$ 1.314.576,66
OE.015	Nova Contratação	Microinformática	Aquisição de solução de computador portátil.	DSGA	R\$ 2.133.310,00
OE.015	Continuidade de Serviço	Sistemas Administrativos	Manutenção software DMPACCESS II (17 licenças) - (catraca).	DSA	R\$ 18.000,00
OE.015	Continuidade de Serviço	Infraestrutura de TI	Aquisição de novos servidores de redes e de armazenamento (SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA - EQUIPAMENTOS) e aquisição de licenças de software de virtualização para os servidores de rede (SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA - SOFTWARE).	DITI	R\$ 18.800.000,00
OE.012	Continuidade de Serviço	Sistemas Administrativos	Suporte técnico e manutenção corretiva mensal do SCCD, licenciamento para Central de Serviços e consultoria para melhoria dos processos de gestão de serviços de TI.	DAGG	R\$ 324.000,00
OE.018	Continuidade de Serviço	Telecomunicações	Credenciamento de operadoras para execução de serviço de comunicação de dados entre as unidades do PJSC e a sede - Links MPLS.	DRC	R\$ 12.000.000,00

Estratégia	Tipo	Subgrupo	Objeto	Área Responsável	Valor Estimado
OE.010	Nova Contratação	Sistemas Administrativos	Software não customizável a ser contratado, a identificação de perfis motivacionais de pessoas e unidades de trabalho, por meio da aplicação do teste HumanGuide, e, a partir dos perfis levantados, utilização da plataforma (software) RX para obter uma visão geral da instituição de forma estratégica, possibilitando realizar análise dos riscos de lotações, simulação de equipes e avaliar possíveis ruídos nas relações entre as pessoas através da utilização de uma ferramenta estruturada, contribuindo para otimizar a gestão de pessoas no Tribunal.	DSA	R\$ 59.000,00
OE.015	Continuidade de Serviço	Telecomunicações	Aquisição de extensão de garantia que compõe o NEXUS da sala-cofre, por 12 meses, dos equipamentos que compõem o backbone de rede do PJSC.	DRC	R\$ 130.000,00
OE.015	Continuidade de Serviço	Infraestrutura de TI	Manter storage EMC VNX5400 (novo contrato de suporte e manutenção) - Rack de discos virtuais dos servidores de aplicação.	DITI	R\$ 275.621,00
OE.018	Continuidade de Serviço	Telecomunicações	Telefonia fixa de todo o PJSC.	DRC	R\$ 87.266,00
OE.014	Nova Contratação	Microinformática	Contratação de certificados digitais.	DSGA	R\$ 200.000,00
OE.015	Nova Contratação	Microinformática	Identificação de solução de tecnologia da informação para realizar manutenção corretiva em nobreaks Lacerda, SMS e TS-Shara do parque tecnológico do PJSC.	DSGA	R\$ 624.342,23
OE.015	Nova Contratação	Sistemas Administrativos	Contratação de fábrica de software Java, Oracle e Caché para serviços de desenvolvimento de software para prover e manter sistemas informatizados do PJSC.	DSA	R\$ 2.597.665,00
OE.014	Nova Contratação	Governança e Gestão	Consultoria para implementação da solução e gestão de riscos de TI.	SSIGR	R\$ 300.000,00

Estratégia	Tipo	Subgrupo	Objeto	Área Responsável	Valor Estimado
OE.012	Nova Contratação	Sistemas Administrativos	Implantação da metodologia BIM e suas ferramentas, essencial para evolução dos processos de trabalhos, elaboração, contratação de empresas, gerenciamento e controle dos projetos de arquitetura e engenharia utilizados para as obras do PJSC, e posteriormente utilizá-los para a fiscalização das obras e gerenciamento da manutenção predial.	DSA	R\$ 750.000,00
OE.015	Nova Contratação	Microinformática	Aquisição de peças e insumos para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos fora do prazo de garantia do parque tecnológico do PJSC.	DSGA	R\$ 724.236,99
OE.015	Nova Contratação	Infraestrutura de TI	Aquisição de solução para armazenamento seguro de documentos para sistemas de gestão de processos judiciais (CAS para o eproc)	DITI	R\$ 756.000,00
OE.023	Continuidade de Serviço	Telecomunicações	Serviços de telefonia móvel pessoal (Serviço Móvel Pessoal – SMP), com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, compreendendo 785 assinaturas/ano.	DRC	R\$ 600.000,00
OE.023	Nova Contratação	Sistemas Administrativos	Contratação de suporte e manutenção do sistema Pergamum, nos módulos Arquivo, Museu e Biblioteca.	DSA	R\$ 7.800,00
OE.015	Nova Contratação	Infraestrutura de TI	Contratação de empresa especializada para atender a atividades operacionais dos serviços de infraestrutura.	DITI	R\$ 144.000,00
OE.014	Nova Contratação	Telecomunicações	Aquisição, instalação e configuração de equipamento para gestão de disponibilidade de links de comunicação (FortiManager e Fortianalyser), com contratação de serviço continuado de gestão, configuração e monitoramento da rede do PJSC. Incluído o objeto do DTI133: Aquisição de switches L3 gerenciáveis e transceivers, com garantia e assistência técnica, para atendimento das necessidades de todas as comarcas do Estado.	DRC	R\$ 3.200.000,00
OE.015	Continuidade de Serviço	Sistemas Judiciais	Licenças PHPStorm	DSJ	R\$ 40.926,60
OE.023	Nova Contratação	Telecomunicações	Contratação da extensão da garantia da solução de monitoramento de desempenho da rede do PJSC (Cascade)	DRC	R\$ 7.000.000,00

Estratégia	Tipo	Subgrupo	Objeto	Área Responsável	Valor Estimado
OE.023	Continuidade de Serviço	Telecomunicações	Aquisição de extensão de garantia que compõe o NEXUS da sala-cofre e do CPD, por 60 meses, dos equipamentos que compõem o backbone de rede do PJSC	DRC	R\$ 1.500.000,00
OE.014	Nova Contratação	Governança e Gestão	Serviço de consultoria para o planejamento e a implantação do SGSI, alinhado à ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 e às diretrizes da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) do CNJ.	SSIGR	R\$ 412.000,00
OE.015	Nova Contratação	Microinformática	Aquisição de discos SSD.	DSGA	R\$ 1.188.000,00
OE.029	Nova Contratação	Microinformática	Aquisição de baterias para nobreaks.	DSGA	R\$ 405.550,00
OE.027	Nova Contratação	Sistemas Administrativos	Aquisição de solução de gestão educacional, com implantação (customização instalação e parametrização), incluindo treinamento dos usuários, suporte operacional mensal e previsão de manutenção evolutiva.	DSA	R\$ 900.000,00
OE.014	Continuidade de Serviço	Segurança da Informação	Atualização tecnológica da solução de backup (nova solução de backup - licenças de software e equipamentos).	DITI	R\$ 9.500.000,00
OE.014	Nova Contratação	Segurança da Informação	Contratação de empresa especializada para testar a robustez da rede do TJSC e detectar vulnerabilidades.	DRC	R\$ 1.000.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Diretoria de Tecnologia da Informação